



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 25/02/2021 a 26/02/2021



Índice**SESC RN**

FECOMÉRCIO RN / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos

Notícias – 25/02/2021

5

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos

Notícias – 25/02/2021

6

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ / FERNANDO VIRGÍLIO / SESC RN / SENAC RN / DEL

Presidente Marcelo Queiroz recebe prefeito e secretárias de Angicos para apresentar trabalho do Sistema Fecomércio

Notícias - 25/02/2021

7

Gustavo Negreiros | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Caldo de Batata: Falta de voz da Fecomércio

Notícias - 25/02/2021

8

Esquerda Diário | RN

FECOMÉRCIO RN

Novo colapso sanitário no RN: o lucro acima da vida para Álvaro Dias e Fátima Bezerra

Notícias - 25/02/2021

9

Tribuna do Norte | RN**Prefeitura do Natal reforça fiscalização de bares e conveniências**

Notícias - 25/02/2021

11

Tribuna do Norte | RN**Juros para famílias e empresas sobem em janeiro, diz Banco Central**

Notícias - 25/02/2021

12

Tribuna do Norte | RN**Imposto de Renda 2020: o que muda da declaração deste ano**

Notícias - 25/02/2021

13

Estadão | DF**Plataforma de negociação de criptomoedas cogita IPO**

Notícias - 26/02/2021

14

Estadão | DF**Pressão por verba cria tensão com outros ministérios**

Notícias - 26/02/2021

15

Estadão | DF**Sem gasto emergencial, Tesouro tem superávit de R\$ 43 bi em janeiro**

Notícias - 26/02/2021

16

Estadão | DF**Insumo no atacado tem forte alta em 12 meses**

Notícias - 26/02/2021

17

Estadão | DF

Anatel aprova edital de leilão do 5G, que deve ocorrer ainda no 1º semestre

Notícias - 26/02/2021 18

Estadão | DF

Investidor mais velho migra para a Bolsa na pandemia

Notícias - 26/02/2021 19

Estadão | DF

Aprovado no Senado, Marco Legal das Startups frustra setor

Notícias - 26/02/2021 20

Estadão | RJ

'Ninguém fica sentado em casa aumentando preços', afirma presidente da Petrobrás

Notícias - 26/02/2021 21

Estadão | RJ

'Estatual tem de ter visão social', diz Bolsonaro

Notícias - 26/02/2021 22

Folha de São Paulo | DF

Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio

Notícias - 26/02/2021 23

Folha de São Paulo | DF

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid

Notícias - 26/02/2021 24

Folha de São Paulo | DF

Caixa lança linha de crédito imobiliário atrelado à poupança

Notícias - 26/02/2021 25

Folha de São Paulo | DF

Lei de patentes cria cisão entre farmacêuticas

Notícias - 26/02/2021 26

O Globo | SP

Lei de patentes cria cisão entre farmacêuticas

Notícias - 26/02/2021 27

O Globo | DF

Lei de patentes cria cisão entre farmacêuticas

Notícias - 26/02/2021 28

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Folha de São Paulo que trata sobre a queda na arrecadação federal neste começo de ano. A Receita registrou uma arrecadação de R\$ 180,2 bilhões em janeiro, o que representa uma redução real de 1,5% em comparação com o mesmo mês de 2020. O texto, na página 24 do clipping, aponta que o resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas em 2021.

O jornal Estadão publicou matéria sobre a primeira aparição pública do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, após ter sido demitido pelo presidente Jair Bolsonaro. Castello branco disse ter sido acusado injustamente de falta de transparência e que “o preço dos combustíveis ainda é alvo de palpites de jogo de futebol”. Ele afirma que as decisões sobre o assunto são reflexos do mercado de petróleo e levam em conta princípios de governança. O executivo rebateu cada uma das críticas disparadas contra ele e apareceu na teleconferência com analistas do mercado financeiro usando uma camiseta com a inscrição “mind the gap”, um alerta do metrô de Londres para que os passageiros fiquem atentos ao vão que separa o trem da plataforma. Confira detalhes na página 21 do clipping.

O Jornal Folha de São Paulo relata que a insistência do governo federal em manter a proposta de extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação resultou em um grande revés nesta quinta-feira (25), atrasando a votação que destravaria o auxílio emergencial. Os líderes acordaram adiar a votação para quarta-feira (3), deixando a sessão de ontem apenas para a leitura do relatório da PEC. Já o presidente Jair Bolsonaro revelou que o governo deve fechar em R\$ 250 o valor da nova rodada do auxílio emergencial que será pago a partir de março por um período de quatro meses. Confira detalhes na página 23 do clipping.

Puxados pelo mercado internacional, os preços em reais das matérias-primas brutas, que incluem minério de ferro, cobre, soja, bovinos, entre outras importantes commodities, tiveram forte alta em 12 meses. O Estadão destaca que, entre fevereiro de 2020 e o mês passado, a cotação em reais dessas matérias-primas no atacado subiu 71,61%, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas. Saiba mais na página 17 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: SESC RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.sescrn.com.br/noticias/502/sesc-rn-inicia-a-entrega-dos-kits-escolar-es-para-mais-de-700-alunos>

25 DE FEVEREIRO DE 2021

Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos

Doação começou pela Zona Norte e Macaíba, contemplando alunos da educação infantil, ensino fundamental, Criar Sesc e Educação de Jovens e Adultos

O Sistema Fecomércio, por meio do Sesc RN, realizou a entrega de kits escolares para 400 estudantes da Zona Norte e Macaíba, nesta quarta-feira, 24. Em uma solenidade simbólica, com apenas um representante por turma e obedecendo os protocolos de biossegurança por conta da Covid-19, foram contemplados alunos da educação infantil, ensino fundamental, Criar Sesc e Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Em março, outros 326 matriculados receberão nas unidades Nova Cruz e São Paulo do Potengi, totalizando 726. Os kits são diversos para cada nível e em geral contam com lápis, canetas, borrachas, coleções, cadernos e livros didáticos.

O diretor regional do Sesc RN, Fernando Virgílio, ressaltou a satisfação do Sistema Fecomércio em ajudar os pais e, principalmente, os jovens com a doação dos kits. "O programa Educação é de extrema importância para nós que fazemos o Sesc. A ação de hoje marca o início do ano letivo e é uma maneira de prestar contas com nosso público e com o empresário que apoia. É um orgulho para gente e esperamos estar plantando excelentes frutos", disse.

A mãe do aluno Fernando do 5º ano da escola Sesc Zona Norte, Alben de Sousa, comentou sobre a iniciativa da escola doar o kit escolar e como a unidade educa seu filho. "Eu sempre almejei a escola Sesc para ele, pois sempre ouvia coisas boas. E hoje, posso dizer que era tudo verdade. Receber o material escolar é um diferencial e ajuda bastante, pois diminui nossos gastos de casa", relatou.

O retorno às aulas no Sesc RN ocorre seguindo protocolos de biossegurança, como o distanciamento mínimo, diminuição no número de pessoas nos ambientes das escolas, horário diferenciado de recreio e modelo de ensino híbrido, ou seja, presencial e a distância.

Serviço

O que? Entrega dos kits escolares do Sesc RN.

Onde? Zona Norte, Macaíba, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

Quando?

2 de março – São Paulo do Potengi

3 de março – Nova Cruz

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21

Título: Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/02/sesc-rn-inicia-entrega-dos-kits.html>

SESC RN INICIA A ENTREGA DOS KITS ESCOLARES PARA MAIS DE 700 ALUNOS

25 Fevereiro



O Sistema Fecomércio, por meio do Sesc RN, realizou a entrega de kits escolares para 400 estudantes da Zona Norte e Macaíba, nesta quarta-feira, 24. Em uma solenidade simbólica, com apenas um representante por turma e obedecendo os protocolos de biossegurança por conta da Covid-19, foram contemplados alunos da educação infantil, ensino fundamental, Criar Sesc e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em março, outros 326 matriculados receberão nas unidades Nova Cruz e São Paulo do Potengi, totalizando 726. Os kits são diversos para cada nível e em geral contam com lápis, canetas, borrachas, coleções, cadernos e livros didáticos.

O diretor regional do Sesc RN, Fernando Virgílio, ressaltou a satisfação do Sistema Fecomércio em ajudar os pais e, principalmente, os jovens com a doação dos kits. "O programa Educação é de extrema importância para nós que fazemos o Sesc. A ação de hoje marca o início do ano letivo e é uma maneira de prestar contas com nosso público e com o empresário que apoia. É um orgulho para gente e esperamos estar plantando excelentes frutos", disse.

A mãe do aluno Fernando do 5º ano da escola Sesc Zona Norte, Alben de Sousa, comentou sobre a iniciativa da escola doar o kit escolar e como a unidade educa seu filho. "Eu sempre almejei a escola Sesc para ele, pois sempre ouvia coisas boas. E hoje, posso dizer que era tudo verdade. Receber o material escolar é um diferencial e ajuda bastante, pois diminui nossos gastos de casa", relatou.

O retorno às aulas no Sesc RN ocorre seguindo protocolos de biossegurança, como o distanciamento mínimo, diminuição no número de pessoas nos ambientes das escolas, horário diferenciado de recreio e modelo de ensino híbrido, ou seja, presencial e a distância.

Serviço

O que? Entrega dos kits escolares do Sesc RN.

Onde? Zona Norte, Macaíba, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

Quando?

2 de março – São Paulo do Potengi

3 de março – Nova Cruz

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21

Título: Presidente Marcelo Queiroz recebe prefeito e secretárias de Angicos para apresentar trabalho do Sistema Fecomércio

Impacto: Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/02/presidente-marcelo-queiroz-recebe.html>

PRESIDENTE MARCELO QUEIROZ RECEBE PREFEITO E SECRETÁRIAS DE ANGICOS PARA APRESENTAR TRABALHO DO SISTEMA FECOMÉRCIO

25 Fevereiro



Apresentar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) e renovar o compromisso de parceria entre o Sistema Fecomércio RN e a cidade de Angicos. Este foi o objetivo do encontro entre o presidente da entidade, Marcelo Queiroz, e o prefeito do município situado na região Central do estado, Miguel Pinheiro Neto, ocorrido na tarde desta quinta-feira, 25, na sede Federação do Comércio, em Natal.

O presidente Marcelo Queiroz fez uma breve explanação sobre a atuação do Sistema Fecomércio, Sesc e Senac em todo o estado, como também do que já foi realizado em Angicos ao longo dos últimos anos. Em 2020, por exemplo, foram doadas 322 cestas básicas a famílias cadastradas na Associação em Prol da Vida. Já em 2013, foram feitos 1.461 atendimentos na Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher, com a realização de 614 mamografias, 760 preventivos e 6.352 ações educativas em saúde.

“São ações que nós vimos realizando sistematicamente, não só em Angicos, como em diversos outros municípios do estado, por meio de parcerias com as Prefeituras. Nossa intenção é manter este trabalho, porque nosso compromisso é com a população potiguar”, afirmou Queiroz.

A comitiva do prefeito assistiu a uma apresentação técnica do Programa de Desenvolvimento Econômico Local, o DEL, que tem o objetivo de aumentar a competitividade e capacidade de transformação dos municípios de pequeno e médio portes, melhorando a gestão de seus principais potenciais. O programa tem várias vertentes e pode ser voltado para desenvolver e alavancar potencialidades de cada localidade, como a agricultura, a saúde, o meio ambiente, entre outros.

Hoje o DEL já está implantado em três municípios no Rio Grande do Norte: Pamamirim, São Miguel do Gostoso e Tibau do Sul, todos voltados para o desenvolvimento do turismo. As próximas cidades a receberem o programa devem ser Mossoró, Caicô e São José do Mipibu. Em todo o país, já são mais de 30 municípios.

“Quero não só agradecer por todas as ações do Sistema Fecomércio RN que já beneficiaram a população de Angicos como também ficar à disposição para parcerias futuras. O DEL é muito interessante. Vamos estudar a possibilidade de implantá-lo em nossa cidade”, finalizou o prefeito Pinheiro Neto.

Também participaram da reunião as secretárias municipais de Saúde, Sheilla Verde; de Assistência Social, Tereza Amália; de Educação, Maria Tereza Baracho; o diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio; a diretora Administrativo-financeira do Senac, Rafaela Sampaio; o consultor de longo prazo dos programas DEL Turismo e Verena, Andreas Döhler; o coordenador Regional do DEL Turismo do Senac RN, Marcelo Milto; e a coordenadora de Turismo e Hospitalidade do Senac RN, Louise Matias.

Veículo: Gustavo Negreiros - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Caldo de Batata: Falta de voz da Fecomércio **Impacto:** Negativo
Link: <https://gustavonegreiros.com.br/2021/02/25/caldo-de-batata-falta-de-voz-da-fecomercio>

Caldo de Batata: Falta de voz da Fecomércio

25/02/2021 às 09:30

Nada é por acaso, a pouca importância que os governantes do RN dão aos comerciantes é reflexo da apatia da Fecomércio e seu eterno presidente Marcelo Queiroz.

Em um momento importante para a sobrevivência da nossa economia, a Fecomércio se limita participar de reuniões com governantes na função de lagartixa, balançando a cabeça concordando. Depois, no máximo emite notinha para encher as redações. Não tem um rosto, uma cara, uma voz, posição nenhuma.

> Só o blog contestou: Médica admite que não existe embasamento científico para sua afirmação

> 😞😞😞Mais uma derrota de Mineiro

O pior, a gente oferece um microfone da maior rádio do estado, não tem a cortesia de responder, manda o assessor entrar ao vivo -tudo bem é nosso colega e merece respeito, mas para não dizer nada, justificar o vazio.

Marcelo há 7 anos não vai no Jornal das Seis, podia muito bem dizer que não concede entrevista a emissora, melhor, poderia até jogar a culpa em mim, porque crítico ele não vai, mas nem isso. Sei que é muito difícil para quem gosta de ser bajulado receber críticas, ter a posição de monarca desafiada.

Alguns órgãos do estado estão dominados por Fátima Bezerra, a Fecomércio é diferente, sempre foi dominada por qualquer governante. Puxadinho a serviço do poder, mesmo que seja contra a classe.

Veículo: Esquerda Diário - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 1/2
Título: Novo colapso sanitário no RN: o lucro acima da vida para Álvaro Dias e Fátima Bezerra **Impacto:** Negativo
Link: <https://www.esquerdadiario.com.br/Novo-colapso-sanitario-no-RN-o-lucro-acima-da-vida-para-Alvaro-Dias-e-Fatima-Bezerra-42393>

PANDEMIARN

Novo colapso sanitário no RN: o lucro acima da vida para Álvaro Dias e Fátima Bezerra

Um novo surto de casos da COVID-19, com a confirmação da atuação das novas cepas da doença no Rio Grande do Norte, parece levar Natal e o estado ao seu pior momento da pandemia até agora. Os hospitais colapsaram novamente e voltamos a ter fila por leitos, com municípios como João Câmara tendo ficado sem oxigênio na semana passada. Álvaro Dias e Fátima Bezerra, apesar da sua demagogia, seguem governando à serviço dos patrões e são responsáveis por termos chegado até esse ponto. Só será possível travar um combate definitivo à doença e evitar tragédias como a de Manaus impondo pela luta e organização um plano realmente científico que priorize a vida dos trabalhadores em detrimento dos lucros capitalistas.



Marié Castañeda

quinta-feira 25 de fevereiro | Edição do dia

[Curtir](#)
[Compartilhar](#)
[Twitter](#)
[G+](#)
[RSS](#)



Um novo surto de casos da COVID-19, com a confirmação da atuação das novas cepas da doença no Rio Grande do Norte, parece levar Natal e o estado ao seu pior momento da pandemia até agora. Os hospitais colapsaram novamente e voltamos a ter fila por leitos, com municípios como João Câmara tendo ficado sem oxigênio na semana passada. Álvaro Dias e Fátima Bezerra, apesar da sua demagogia, seguem governando à serviço dos patrões e são responsáveis por termos chegado até esse ponto. Só será possível travar um combate definitivo à doença e evitar tragédias como a de Manaus impondo pela luta e organização um plano realmente científico que priorize a vida dos trabalhadores em detrimento dos lucros capitalistas.

11 hospitais públicos do estado já atingiram 100% de lotação. Os hospitais particulares estão 90% ocupados em Natal e 80% na Grande Natal. A capital potiguar concentra quase metade das 3500 mortes no RN. A fila de espera por um leito de UTI para os casos graves da COVID-19 já ultrapassou o número de vagas, com pessoas sendo transportadas de cidade a cidade, em especial nos interiores, para encontrar alguma cama. Segundo o governo do estado, a internação já é maior do que no auge da pandemia em Junho de 2020. Os potiguares não estão sozinhos nessa situação, no Acre a população vive uma explosão de casos de Covid junto a um surto de dengue e a enchentes que já atingiram 100 mil pessoas. No outro extremo Porto Alegre também está com os hospitais colapsando, assim como a São Paulo de João Dória em meio à reabertura das escolas.

A chegada das novas cepas inglesa e manauara são um novo problema que, assim como os demais só pode ser explicada entendendo que a gestão da pandemia não foi uma guerra travada pela burguesia e seus representantes como dizem. Se recusaram a controlar a disseminação e atualização do vírus em troca de salvar os lucros dos capitalistas. No Brasil de Bolsonaro, é também produto das consequências trazidas pelo avanço do projeto golpista de país, que atacou ainda mais o sistema de saúde, os laboratórios e universidades, com mais cortes e avanço paulatino da privatização. Aprofundou a expansão da informalidade do trabalho para quase metade da população, que não teve escolha senão trabalhar durante a pandemia.

Veja também: Novas variantes do Coronavírus: testes e sequenciamento massivos já!

Bolsonaro e o general Pazuolo são os principais responsáveis pelo que acontece em todo o país. Seu negacionismo e desprezo com a vida dos trabalhadores é responsável por Manaus, que deixou faltar até mesmo oxigênio, pelo atraso na vacinação. São a expressão mais decadente daquilo que os grandes latifundiários, oligarcas, banqueiros nacionais e internacionais estão dispostos a se apoiar para manter a maior parcela da população trabalhando ou poderem demitir livremente. Agora avança com a PEC Emergencial, querendo cortar ainda mais da saúde, da educação, congelando salários, em meio ao aumento dos combustíveis e dos alimentos, como condição para a volta do auxílio emergencial.

O prefeito Álvaro Dias, que ironicamente é médico, faz de tudo para atender os interesses da **Fecomércio**, os donos das redes de hotéis, bares, etc, de manter a população trabalhando, inclusive investindo milhões em vermectina, tal como Bolsonaro, enchendo os cofres das indústrias farmacêuticas. Além disso, demite 400 trabalhadores das escolas e despeja famílias do viaduto do Baldo em meio a explosão de casos na cidade.

Veículo: Esquerda Diário - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 2/2

Título: Novo colapso sanitário no RN: o lucro acima da vida para Álvaro Dias e Fátima Bezerra

Link: <https://www.esquerdadiario.com.br/Novo-colapso-sanitario-no-RN-o-lucro-acima-da-vida-para-Alvaro-Dias-e-Fatima-Bezerra-42393>

Junto dele, a governadora Fátima Bezerra (PT) são responsáveis pela situação que vivemos no estado. Após quase um ano de pandemia, não foi organizado nenhum plano sério de combate à pandemia. Não garantiram a testagem massiva da população para rastrear o vírus e isolar cientificamente os contaminados, garantindo salas de hotéis, prédios, para a realização de quarentena especializadas, controladas pelos trabalhadores da saúde e cientistas e leitos de UTI. Fátima inclusive atuou junto com o governador João Dória para pedir ao STF a PROIBIÇÃO da necessária unificação dos leitos privados aos do SUS, e logo depois começou a desativar os poucos leitos que foram abertos no período. E agora, deposita toda confiança no mesmo STF golpista para poder comprar as vacinas.

A governadora emitiu um decreto essa semana com medidas restritivas a serem implementadas nos estados, como bares e restaurantes a partir das 22h. Uma medida completamente paliativa, já que antes das 22h as pessoas vão seguir se contaminando nos ônibus lotados, no trabalho. Demagogicamente Fátima cobra a população que tenha "consciência" nas ruas, que use máscaras, e oferece aumento do policiamento, armas, inclusive em parceria com o Ministério da Justiça de Bolsonaro, enquanto faltam até mesmo bobinas de oxigênio e outros insumos básicos. Cobrou o prefeito de Natal para que seguisse a medida de fechamento de bares, que nem isso queria fazer, mas se trata de uma demagogia absurda, pois os dois se reúnem juntos com os representantes das empresas e do comércio de todo o estado para tomar qualquer medida.

Não é com policiamento e repressão que se pode combater o vírus. João Dória declarou toque de recolher das 23h às 5h nas cidades do estados de SP, o que além de manter toda a população se expondo todo o dia, vai significar a repressão ainda maior nas periferias, com a desculpa de garantir o isolamento que ele nunca organizou. Organizações como o PSTU defendem que é necessário exigir dos governos a implementação de lockdown, que na prática é exigir o endurecimento de medidas repressivas contra a população, que certamente atinge mais diretamente bairros e setores operários do RN, que inclusive vão seguir se expondo para ir ao trabalho.

O único jeito de evitar que o pior aconteça no RN é um plano que se enfrente com os lucros capitalistas. Em primeiro lugar é necessário um plano de emergência para o SUS, garantindo leitos, oxigênio e respiradores. Frente a completa insuficiência de vacinas, graças ao desserviço de Bolsonaro, mas especialmente por conta da repugnante guerra de vacinas, que protege as patentes das grandes indústrias farmacêuticas em detrimento de que tenha vacina para todos. A irracionalidade capitalista precisa ser combatida com uma forte luta por vacina a todos, com a quebra das patentes e produção massiva sob controle dos trabalhadores junto a profissionais da saúde, técnicos e cientistas das universidades. Um plano que deve incluir uma política de vigilância genômica organizada por cientistas que mapeie as variantes que estão circulando e se formando, permitindo respostas rápidas quanto ao isolamento e atualização de vacinas necessárias.

A imediata intervenção estatal de todas as empresas farmacêuticas e laboratórios, para colocá-los sob o controle dos profissionais de saúde e servir a planos racionais de produção e distribuição de vacinas e testes, com vistas à nacionalização dessas empresas sob controle operário, junto com todos os recursos da saúde privada. A reconversão da produção nas indústrias para garantia de todos os insumos necessários para o combate ao COVID-19. Ou seja, um plano de ação controlado pelos trabalhadores, que vimos que são a única classe essencial e que pode nos conduzir para fora dessa catástrofe sanitária, econômica e social.

Essa saída é possível através da luta, com a juventude, mulheres, negros e LGBTs a frente dessa batalha, em especial nas universidades, como a UFRN, que foi responsável pela detecção do vírus, são um pouco do grande papel que os vários estudantes, pesquisadores, técnicos da universidade poderiam cumprir para esse plano. A batalha por esse plano colocaria em questão a necessidade de derrotar o projeto do golpe institucional, que com Bolsonaro aliado a Arthur Lira, Pacheco, agora querem aprofundar com a PEC Emergencial e o novo orçamento.

Nesse momento em que há uma disputa entre autoritarismos do STF e dos militares, é urgente que as centrais como CUT e CTB saiam da sua eterna quarentena a serviço do projeto do PT de vencer as eleições de 2022, e organize em cada local de trabalho a força que pode barrar Bolsonaro e os golpistas e impor uma saída operária para a pandemia. A UNE, que fez um chamado a mobilização no dia 25 que não construiu, deve buscar romper com a fragmentação imposta pela pandemia e o ensino remoto, organizando reuniões e assembleias de base para que os estudantes pudessem votar um plano de lutas contra esses ataques de forma unificada com os trabalhadores e avançar para que as universidades coloquem todas as suas forças para responder à pandemia.

Editorial: As disputas entre o STF e as Forças Armadas reatualizam a luta contra o regime do golpe institucional

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeitura do Natal reforça fiscalização de bares e conveniências **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/prefeitura-do-natal-refora-a-fiscalizaa-a-o-de-bares-e-convenia-ncias/503655>

Prefeitura do Natal reforça fiscalização de bares e conveniências

Publicação: 2021-02-25 10:28:00

A Prefeitura do Natal, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, está promovendo uma intensificação na fiscalizações de bares, restaurantes e conveniências. Em cumprimento do Decreto Municipal 12.171/2021, que amplia medidas restritivas para conter o avanço da Covid-19, os agentes vistoriaram, durante toda a noite desta quarta-feira (24), diversos estabelecimentos nas zonas norte e sul da capital. Apenas três foram notificados, além de um paredão de som ter sido apreendido.



Créditos: Alex Régis

A operação Pacto pela Vida conta com a participação das secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), Mobilidade Urbana (STTU), Guarda Municipal (GMN), além da Polícia Militar (PM/RN) e Corpo de Bombeiros. Entre as novas determinações contidas no decreto publicado na última segunda-feira (22), em edição extra do Diário Oficial do Município (DOM), está a limitação de funcionamento de bares e restaurantes, que devem encerrar as atividades às 22h, incluindo as apresentações com música ao vivo.

De acordo com o supervisor de fiscalização da Semurb que estava de plantão, Gustavo Szilagyi, dos três estabelecimentos notificados, um era na zona norte, onde um paredão de som foi apreendido e os outros dois pontos eram localizados na zona sul de Natal.

"Os estabelecimentos notificados receberam a instrução para realizar correções pontuais em seu funcionamento, como desobstrução da calçada para passeio público. De forma geral, os locais cumpriram os termos do Decreto 12.171/2021, e encerraram as atividades às 22h", disse Szilagyi.

Também fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas após às 22h em lojas de conveniências e similares. É expressamente proibida a realização de festas, shows e eventos comerciais, incluindo eventos comemorativos em ambientes fechados, sejam públicos ou privados.

Denúncias

A população também pode ser um agente fiscalizador realizando uma denúncia, que pode ser anônima, entrando em contato pelo telefone da Ouvidoria da Semurb no (84) 3616-9829, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, ou ainda pelo e-mail ouvidoria.semurb@natal.rn.gov.br. Além do canal 24h do Ciosp pelo 190 e o 181 (Disque Denúncia- Polícia Civil) nos fins de semana e feriados.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Juros para famílias e empresas sobem em janeiro, diz Banco Central **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/juros-para-familias-e-empresas-sobem-em-janeiro-diz-banco-central/503661>

Juros para famílias e empresas sobem em janeiro, diz Banco Central

Publicado em 25/02/2021 às 10:18:00

As famílias e as empresas pagaram taxas de juros mais altas em janeiro, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas hoje (25), pelo Banco Central (BC). A taxa média de juros para famílias no crédito livre chegou a 39,4% ao ano, aumento de 2,2 pontos percentuais em relação a dezembro. Já a taxa média para as empresas cresceu 3,5 pontos percentuais, alcançando 15,2% ao ano.



Créditos: Arquivo TV

No segmento de pessoas físicas, o aumento foi, em parte, influenciado pelo crédito pessoal não consignado, que teve alta de 10,9 pontos percentuais no mês, alcançando 85,4% ao ano. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, nesse caso, há o impacto das concessões de crédito que são feitas em dezembro pelos bancos estaduais aos servidores, a taxas reduzidas. "Então, isso reduz a taxa em dezembro e aumenta em janeiro, quando não tem essa operação específica", explicou.

Os juros do crédito consignado caíram 0,3 ponto percentual para 18,9% ao ano. A taxa do cheque especial chegou a 119,8% ao ano em janeiro, aumento de 4 pontos percentuais em relação a dezembro de 2020.

Os juros médios do rotativo do cartão de crédito também influenciaram a alta do crédito para as famílias. A taxa chegou a 329,3% ao ano, com alta de 1,5 ponto percentual em janeiro.

No caso do rotativo regular, quando o cliente paga pelo menos o valor mínimo da fatura, a taxa chegou a 311,7% ao ano, aumento de 9,8 pontos percentuais. Já a taxa do rotativo não regular (dos clientes que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura) caiu 5,5 pontos percentuais em relação ao mês anterior e chegou a 342,2% ao ano.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras parcelam a dívida. Nesse caso, no cartão parcelado, a alta foi de 12,6 pontos percentuais, com a taxa de juros ficando em 161,5% ao ano.

De maneira geral, segundo Rocha, a alta dos juros também ocorreu em razão do aumento das taxas pelos bancos.

Pessoas jurídicas

Nas contratações com empresas, a taxa livre alcançou 15,2% ao ano em janeiro, representando crescimento de 3,5 pontos percentuais em relação ao mês anterior. De acordo com o BC, o aumento de taxas foi disseminado pelas modalidades, com destaque para capital de giro, que subiu 5,4 pontos percentuais, chegando a 16,5% ao ano; e conta garantida, que teve aumento de 4,2 pontos percentuais, alcançando 34,3% ao ano.

De acordo com o chefe do BC, no mês passado, as taxas do capital de giro de curto prazo, que é uma modalidade importante para empresas, foram "um ponto fora da curva". Segundo ele, houve uma grande redução nas concessões dessa modalidade em dezembro, o que levou a uma piora no perfil de devedores e esse efeito de composição fez aumentar a taxa média de juros.

Essas taxas são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas manteve-se estável em 7% ao ano. Para as empresas, a taxa caiu 0,5 ponto percentual para 9,5% ao ano em janeiro.

Inadimplência e saldo

A inadimplência (considerados atrasos acima de 90 dias) das famílias, no crédito livre, caiu 0,1 ponto percentual, indo para 4,1%. A inadimplência das empresas no crédito livre aumentou 0,2 ponto percentual para 1,8%, informou o Banco Central.

Em janeiro, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R\$ 4,020 trilhões, estável em relação a dezembro e com expansão de 10% em 12 meses. Esse saldo de crédito correspondeu a 54,1% de tudo o que o país produz - o Produto Interno Bruto (PIB).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Imposto de Renda 2020: o que muda da declaração deste ano **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/imposto-de-renda-2020-o-que-muda-da-declaracao-a-o-deste-ano/503645>

Imposto de Renda 2020: o que muda da declaração deste ano

Publicação: 2021-02-25 17:04:03

A Receita Federal reservou algumas mudanças para a declaração do Imposto de Renda 2020, que se inicia em 2 de março e vai até 30 de abril. O mais comentado é que os gastos patronais com empregados domésticos não poderão mais ser descontados do IR. A dedução havia sido criada em 2006 e era temporária, válida até 2019. O programa para fazer a declaração deve ser baseado no site da Receita Federal, que pode ser acessado por meio deste link. Também é possível baixar no celular, com sistemas Android ou IOS, para iPhone.



Créditos: Marcelle Casal Jr/Agência Brasil

Más há mais novidades. Para quem tem certificação digital, a declaração será automaticamente pré-preenchida. O contribuinte só tem de fazer ajustes, mas tudo o que a Receita sabe sobre ele, cruzando dados, já estará lá.

"As mudanças em geral são para tornar o programa mais intuitivo e evitar erros. A intenção é que isso poupe esforços dos auditores com equivocados, para que haja mais foco na sonegação fiscal", diz o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva.

Nos anos anteriores, a Receita Federal já oferecia a opção de envio da declaração com certificado digital ICP-Brasil via Centro Virtual de Atendimento – o-CAC. A partir de 2020, porém, o contribuinte consegue, no próprio programa de declaração, importar seus dados, sem precisar acessar o e-CAC.

Os especialistas apontam que essa mudança não deve ser visível para um grande número de pessoas. "São poucos os que têm esse certificado, mas há um movimento para expandir esse modelo pré-preenchido, facilitando a declaração", pontua Felipe Coelho, gerente de Imposto da Ernst & Young.

De acordo com o Instituto Nacional de tecnologia da Informação, são 9 milhões de certificados digitais ativos no Brasil, sendo que 44% foram emitidos por pessoas físicas. Em 2019, 72.838 declarações foram enviadas com o certificado.

Qualquer pessoa pode solicitar o certificado digital e os custos variam de acordo com as autoridades de registro que comercializam esse atestado. Essa checagem é exigida, porém, na declaração de quem recebeu rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual que somem mais de R\$ 5 milhões, e de quem recebeu rendimentos isentos e não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, a partir da mesma soma de valor.

Além disso, se o contribuinte realizou pagamentos de rendimentos a pessoas jurídicas dedutíveis do IR ou a pessoas físicas, dedutíveis ou não, que somem mais de R\$ 5 milhões, o certificado digital também é obrigatório.

Pagamento de restituição será antecipado

A Receita alterou ainda o calendário de restituições - quando o contribuinte recebe de volta o que foi considerado como imposto pago de forma excedente. No ano passado, foram sete lotes mensais, até dezembro. Em 2020, serão apenas cinco, a partir de maio. Vale lembrar que o pagamento das restituições segue a ordem de chegada das declarações.

Uma das grandes discussões que perpassa mais uma vez as regras para a declaração é a defasagem da tabela do Imposto de Renda. Segundo nota técnica do Unafisco, se as faixas fossem atualizadas de acordo com o IPCA, índice oficial de inflação, ficariam isentos do IR os brasileiros com renda de até R\$ 44.655,95 por ano. Hoje, quem teve renda a partir de R\$ 22.847,76 no ano anterior é obrigado a declarar o IR.

"Em decorrência da não correção da tabela, 11.410.587 de contribuintes, que poderiam beneficiar-se da isenção, acabarão por arcar com o ônus do tributo na declaração a ser entregue até abril/2020", diz a Unafisco em nota.

Quem recebeu rendimentos tributáveis cuja soma foi superior a R\$ 28.559,70; sobre atividade rural, teve receita bruta superior a R\$ 142.798,50.

Quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma seja superior a R\$ 40 mil;

Também deve declarar quem é proprietário de bens com valores superiores a R\$ 300 mil, e ainda as pessoas físicas que obtiveram ganhos de capital na alienação de bens, realizaram operações em bolsas de valores, ou passaram a ser residentes no Brasil no ano passado;

Os contribuintes com poucas despesas poderão optar pela versão simplificada da declaração, que deduz automaticamente 20% sobre os valores dos rendimentos tributáveis até um máximo de R\$ 10.754,34.

Como já havia sido anunciado no ano passado, a dedução da contribuição patronal sobre empregados domésticos deixa de existir a partir de agora. No ano passado, esse desconto era de R\$ 1.200,32.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Plataforma de negociação de criptomoedas cogita IPO **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna de
broadcast

Plataforma de negociação de criptomoedas cogita IPO

A plataforma de negociação de moedas virtuais e outros ativos Mercadobitcoin também está olhando para a Bolsa. A empresa tem conversado com bancos e investidores sobre uma eventual captação, por meio de oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). O objetivo, claro, é impulsionar os negócios, que cresceram mais do que o esperado no início deste ano. No fim de janeiro, o Mercadobitcoin recebeu um aporte da GP Investimentos e de fundos da Parallax Ventures e pretende investir R\$ 200 milhões para expandir suas operações para México, Argentina e Chile. Antes mesmo de usar os recursos, porém, o volume negociado na plataforma surpreendeu e os executivos à frente da operação perceberam que precisam de mais recursos.



» **Alta escala.** A Mercadobitcoin, por sua vez, já é considerada a maior plataforma da América Latina, com R\$ 19 bilhões transacionados desde 2013, quando nasceu. Em seu comando estão dois ex-executivos da Cetip-B3, Roberto Dagnoni e Reinaldo Rabelo. Somente em janeiro, a plataforma negociou R\$ 9,7 bilhões, superando o total de 2020, que foi de R\$ 6,4 bilhões. Os clientes cadastrados somam 2,3 milhões e a empresa não abre os números sobre clientes ativos.

» **Vai além.** Com vários executivos saídos da B3 em seu quadro, o Mercadobitcoin tem, além das criptomoedas, uma plataforma de tokenização, que transforma um ativo real em digital e o fraciona em tokens para serem negociados. Entre eles, tokens de consórcio e precatórios. Este mês, passou a negociar tokens de crédito de carbono da plataforma ambiental Moss. O giro de negócios nas primeiras 24 horas com os tokens de crédito de carbono, de R\$ 10 milhões, foi o maior entre os ativos já colocados na plataforma.

» **Possante.** Após recuo de 3,4% em 2020, o mercado de financiamento de veículos deve voltar a

crescer em 2021. É o que esperam os bancos das montadoras, que representam mais da metade do volume de empréstimos dessa modalidade no País. A expectativa é de expansão de 12,5% sobre os R\$ 156,7 bilhões concedidos no ano passado, segundo projeção feita pela Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef).



» **Ficou para depois.** Na avaliação do presidente da Anef, Paulo Norman, a retomada deve ter o impulso da demanda reprimida de 2020. Além disso, os volumes devem crescer porque os clientes têm dado empréstimos menores e estão fechando contratos por prazos mais longos.

» **Sinais.** O fim do ano passado já mostrou números mais positivos. No último trimestre, os recursos

liberados para financiar veículos atingiram níveis pré-pandemia. Norman afirma que é preciso ter cautela e observar a dinâmica para os próximos meses da indústria, que ainda pode ter problemas de estoques.

» **Misturado.** A Riza Asset, comandada pelo ex-sócio da XP Daniel Lemos vai expandir sua atuação em um filio de negócio que tem se destacado nos últimos tempos: o de crédito estruturado, aquele que junta em uma mesma estrutura dívidas, empréstimos e financiamentos.

» **Em alta.** A Riza tem um fundo dedicado a esses créditos, gerados por ela mesma junto a empresas para as quais faz a gestão de passivos. Prestes a completar um ano de existência, em março, o fundo captou R\$ 500 milhões, com a expectativa de chegar a R\$ 1 bilhão. Suas cotas têm vencimento em 180 dias, mas a Riza estuda lançar outro fundo, de 360 dias. Por ser mais longo, ele permitirá oferecer às empresas instrumentos de captação mais elaborados e, aos investidores, retorno mais alto.



» **Mandai.** A fintech norte-americana Usend - facilitadora de operações financeiras no exterior - pretende crescer a passos largos no mercado brasileiro, neste ano. A empresa está lançando uma ferramenta que servirá como conta corrente digital nos Estados Unidos para empresas e autônomos do Brasil, com a promessa de burocracia reduzida para abertura das contas. Por meio da plataforma, será possível pagar, receber e manter saldo em dólar.

» **Time is money.** A Usend já atende mais de 40% do mercado internacional de transações financeiras individuais entre Brasil e EUA. Agora, pretende avançar no mercado local por meio do ramo B2B (empresa para empresa). A fintech prevê aumento de 70% em seu faturamento em 2021, o que equivale a cerca de US\$ 22 milhões. A empresa espera mais de 3 milhões de transações em sua plataforma, entre contas físicas e jurídicas, até o fim deste ano.

CYNTHIA DECLOEDT, ANDRÉ ÍTALO ROCHA E CIRCE BONATELLI

CELSO MING



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Privatização e falta de saída melhor

O presidente Jair Bolsonaro recorreu a um efeito especial para encaminhar o projeto de privatização dos Correios. De braço dado com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, encabeçou na noite de quarta-feira um cortejo pela Praça dos Três Poderes até o Congresso, onde apresentou pessoalmente à Câmara dos Deputados seu projeto de lei.

Não que o projeto de privatização dos Correios não merecesse especial atenção. É que outros anteprojetos, de muito maior importância política e macroeconômica, como os da reforma da Previdência e o da reforma tributária, não tiveram o mesmo aparato.

Bolsonaro recorreu a essa circunstância para tentar compensar a lambança que fez na última sexta-feira por conta do anúncio tumultuado da troca do presidente da Petrobrás.

Privatização sempre foi tema carregado de polêmica no Brasil. Há pelo menos três grupos que se manifestam contra qualquer processo nessa linha. O grupo ideológico, por exemplo, entende que, nos casos de produtos ou serviços estratégicos, é melhor confiá-los a empresas estatais puras que não sejam contaminados por capitais privados que, em matérias essenciais, podem trabalhar contra o interesse público.

Outro grupo quase sempre contrário à privatização de empresas estatais é o das corporações. Em geral são sindicatos ou associações de funcionários de empresas públicas que não querem correr o risco de perder privilégios a partir do momento em que a empresa passasse a ser dirigida majoritariamente por capitais privados.

E há os políticos fisiológicos que sempre tiveram nos estatais um campo enorme para garantir cargos e boa remuneração ou para si próprios ou para seus protegidos e cabos eleitorais.

A favor da privatização não estão apenas os liberais para quem a administração privada é sempre mais eficiente do que a administração pública, especialmente quando, livre dos monopólios, é submetida à concorrência de mercado. Estão também os pragmáticos - aqueles que optam pela privatização porque não há outra saída.

Um dos argumentos recorrentes da vertente contrária à privatização é a de que o governo está vendendo as joias da família, adquiridas com tanto esforço e tanta história, para tornar em despesas correntes. É verdade que dos R\$ 50 bilhões que o governo espera movimentar com a privatização da Eletrobrás, R\$ 25 bilhões irão para o Tesouro, que pode usar os recursos tanto para redução da dívida pública quanto para



a cobertura das despesas fiscais. Mas as reais necessidades do interesse público são outras.

No caso do Brasil, o fator escasso não é competência gerencial, mas capital propriamente dito. Quase todas as estatais do Brasil necessitam urgentemente de injeção de recursos, não só para manutenção da máquina, que muitas vezes se encontra sucateada, mas para expansão da empresa. E, no entanto, na condição de lanterna espremitada, o Tesouro, o acionista majoritário, não está em condições de subscrever sua parte no aumento de capital.

Os Correios, por exemplo, estão há anos na pindaíba. A grande expansão dos serviços de delivery, num momento em que, por conta da pandemia, tantas empresas tiveram de operar em regime de home office, seria excelente oportunidade para ampliação do mercado de entregas de correspondência e de volumes. No entanto, inchados e atrofiados, os Correios não conseguem nem sequer cumprir prazos de entrega nos serviços de Sedex.

As necessidades de capital para investimentos inadiváveis da Eletrobrás, maior empresa de energia da América Latina, são de R\$ 17 bilhões. No entanto, ela não consegue mais do que R\$ 3,7 bilhões. Umavez privatizada, os acionistas que assumirem seu controle já sabem que terão de fazer robustas transfusões de recursos para que ela possa se desenvolver e tocar os projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Num mercado que se caracteriza pela forte mortalidade de empresas produtoras de aeronaves, se não tivesse sido privatizada, em 1994, a Embraer provavelmente teria tido o mesmo destino da Engesa, que já foi o orgulho da engenharia nacional na fabricação de blindados, mas morreu de colapso de capital na década de 1980. E, no entanto, a Embraer hoje é empresa líder em seu nicho de mercado.

Enfim, a privatização hoje não é uma opção ideológica, mas de sobrevivência de grande número de estatais.

* COMENTARISTA DE ECONOMIA

Editorial Econômico

Lançamento de imóveis diminui, vendas crescem



Com a chegada da pandemia de covid-19, no primeiro trimestre do ano passado, a evolução das vendas de imóveis residenciais novos e a dos lançamentos passaram a apresentar um descompasso, que se acentuou no segun-

do semestre. Assim, as vendas alcançaram 189.857 unidades no ano passado, com aumento de 9,8% sobre o resultado de 2019 (172.902), enquanto os lançamentos totalizaram 151.782 unidades, com redução de 17,8% ante o ano anterior (184.761 residências). É o que mostram os indicadores imobiliários nacionais aferidos pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

Como consequência dessa disparidade, o estoque (unidades novas, na planta e em obras) diminuiu 12,3%. O nível no encerramento do ano, de

164.786 unidades, é considerado sustentável pela Cbic. Considerando-se o ritmo de vendas de 2020, seriam necessários 10,4 meses para o escoamento do estoque. No fim de 2019, pelo mesmo método de cálculo, eram necessários 13 meses. Houve melhora no indicador.

O principal mercado do País, o do Sudeste, registrou queda de vendas no ano passado, mas as demais regiões compensaram essa perda. Como o Sudeste responde por metade do mercado nacional, o resultado total mostra o vigor das outras regiões.

O fato de as vendas terem crescido no ano da pandemia é atribuído ao ambiente de juros baixos e aos estímulos à compra de imóveis para moradia ou para investimentos. Entre os fatos que levaram à queda do volume de lançamentos estão o adiamento de muitos projetos por causa das restrições ao funcionamento do comércio e as incertezas econômicas decorrentes da pandemia, que afetou duramente a atividade das empresas e as condições de vida da população.

O resultado final, na avaliação do presidente da Cbic, José Carlos Mar-

tins, "foi muito positivo". Os números de 2020 foram superiores aos que se projetavam no início da pandemia. A maioria dos setores da economia registrou queda no ano passado.

A previsão para 2021 é de crescimento do mercado imobiliário, mas a Cbic aponta dois fatos que podem colocar em risco a expansão. Um deles é a alta de alguns insumos e a falta de alguns materiais de construção. Outro é a redução do orçamento anual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que atende a população de baixa renda.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Pressão por verba cria tensão com outros ministérios **Impacto:** Neutro

Pressão por verba cria tensão com outros ministérios

Técnicos de Orçamento da Economia têm se recusado a assinar liberações, pois temem ser punidos por atropelar marcos legais

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

A área que cuida de Orçamento dentro do Ministério da Economia virou foco de tensão diante dos vários pedidos de recursos feitos pela ala política do governo e que não podem ser atendidos por desrespeitarem as regras fiscais. A situação chegou ao ponto de técnicos se recusarem a assinar propostas por considerarem que há obstáculos legais para implementá-las. Essa resistência tem irritado outros ministérios e o próprio Palácio do Planalto, alimentando especulações de que os secretários de Fazenda, Waldery Rodrigues, e de Orçamento, George Soares, estão na mira.

Os impasses vão desde a compensação para a desoneração de PIS/Cofins sobre o diesel, anunciada pelo presidente para amenizar o impacto de reajustes no preço do combustível no bolso dos caminhoneiros, até a liberação de recursos para a Operação Carro-pipa, que leva água potável ao semiárido brasileiro

● Aposentadorias R\$ 50 bi

é o valor que pode ser injetado na Economia caso seja antecipado o pagamento do 13.º salário de pensionistas e aposentados; técnicos do Ministério da Economia alertam que a antecipação não pode ser adotada antes da aprovação do Orçamento de 2021

leiro e está ameaçada porque o dinheiro previsto para 2021 está travado pelo atraso na votação do Orçamento. Outros focos de atrito são a antecipação do 13.º dos aposentados do INSS e o desejo da ala política de implementar a nova rodada do auxílio emergencial antes da aprovação final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dará respaldo legal ao seu pagamento.

Uma das áreas mais pressionadas é a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), comandada por um técnico experiente da pasta, George Soares, que

participa das reuniões da Junta de Execução Orçamentária (JEO) subsidiando as decisões sobre distribuição de recursos. ASOF é ligada à Secretaria Especial de Fazenda, chefiada por Waldery Rodrigues, que já esteve na mira de Bolsonaro após defender publicamente o congelamento de aposentadorias para abrir espaço à ampliação dos programas sociais do governo. Na época, o presidente ameaçou dar "cartão vermelho" ao secretário.

Nos bastidores, há o temor de que a pressão pelo atropelo às regras fiscais acabe deflagrando uma entrega de cargos dentro do Ministério da Economia por técnicos que não aceitam assinar atos em desacordo com o que manda a legislação. Esse risco vai além dos nomes de Soares e Waldery.

Pressão. Um dos temores é que o ministro Paulo Guedes ceda à pressão dos parlamentares para abrir o crédito extraordinário que pagará o auxílio emergencial em 2021 logo após a aprovação da PEC no Senado,



Regras fiscais. Há temor de que pressionados técnicos entreguem os seus cargos

mas antes de sua votação na Câmara. A avaliação dos técnicos é de que isso traga riscos jurídicos ao governo, uma vez que essa despesa não é mais considerada "imprevisível", como requer a Constituição para a abertura desse tipo de crédito – que fica fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação. O respaldo virá justamente da PEC.

Há ainda um impasse envolvendo a antecipação do 13.º dos aposentados do INSS, medida que a equipe econômica quer implementar para injetar R\$ 50 bilhões na economia ainda no

primeiro semestre do ano e ajudar a dar fôlego à atividade enquanto a nova rodada do auxílio emergencial não sai do papel.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a secretária de Waldery tem alertado que a antecipação não pode ser adotada antes da aprovação do Orçamento de 2021, porque os gastos obrigatórios estão sendo feitos de forma provisória na proporção de 1/12 ao mês em relação ao estimado na proposta, como autoriza a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pagar o 13.º mais cedo que o habitual elevaria essa proporção.

Waldery e equipe chegaram a indicar que o Planalto poderia adotar a medida desde que se responsabilizasse por ela – quando órgãos de controle detectam alguma irregularidade, o servidor que assinou o ato pode responder com o próprio CPF. O aviso fez a ala política recuar, e até agora a medida não saiu. Dentro da própria Economia, há outras áreas envolvidas na discussão que discordam da posição da Fazenda, mas existe consenso de que seu aval é necessário, ao mesmo tempo que essa negativa dá um sinal ruim sobre a medida.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF**Título:** Sem gasto emergencial, Tesouro tem superávit de R\$ 43 bi em janeiro **Impacto:** Neutro

Sem gasto emergencial, Tesouro tem superávit de R\$ 43 bi em janeiro

Resultado porém não é uma tendência para o ano, que deve registrar rombo já autorizado de R\$ 247 bilhões

Idiana Tomazelli
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Após iniciar o ano com o freio de mão puxado nos gastos e sem a pressão dos gastos emergenciais contra covid-19, o Tesouro Nacional registrou um superávit (receitas maiores que despesas) de R\$ 43,2 bilhões nas contas do governo central em janeiro. O resultado positivo, porém, está longe de ser uma tendência para o ano, já

que as despesas devem se acelerar até o rombo autorizado pela meta fiscal, que é de R\$ 247,1 bilhões. Há ainda a discussão para uma nova rodada do auxílio emergencial, que pode ter custo adicional de cerca de R\$ 30 bilhões.

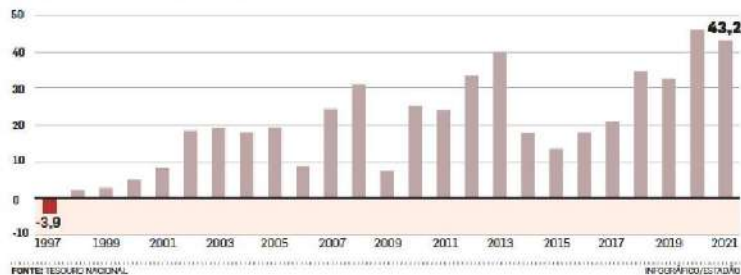
Na versão atual da proposta em análise no Congresso, o gasto extra com o auxílio emergencial não será contabilizado nem no teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), nem na meta fiscal. Mas os recursos para financiá-los serão obtidos mediante a emissão de novos títulos da dívida, pelos quais o País paga juros. Por isso, o Tesouro aproveitou a ocasião da divulgação e fez um alerta contundente sobre a

DE VOLTA AO AZUL

• Governo Central tem segundo maior superávit da história para meses de janeiro

Resultado primário em janeiro de cada ano

EM BILHÕES DE REAIS, CORRIGIDOS PELO IPCA



necessidade de aprovar contrapartidas de ajuste fiscal com o novo período do benefício.

Desidratação. Segundo o órgão, a desidratação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, no sentido de eliminar as medidas de

contenção de gastos e aprovar apenas o auxílio, poderia adiar a retomada da atividade econômica, elevar juros e prejudicar a geração de emprego e renda para a população. A votação da PEC ficou para a semana que vem no Senado.

No relatório do senador Mar-

cio Bittar (MDB-AC), não há definição de valores ou público-alvo da nova rodada do auxílio, nem uma contrapartida direta ao gasto adicional que será feito. Mas há a previsão de criação de um novo marco para casos de emergência fiscal (quando há elevado nível de compro-

metimento do Orçamento) ou de calamidade nacional, que inclui gatilhos de contenção das despesas.

Outro ponto incluído por Bittar foi a extinção dos pisos mínimos para gastos em saúde e educação, sob o argumento de dar maior flexibilidade à gestão do Orçamento.

O problema é que as mudanças geraram polêmica dentro e fora do Congresso e enfrentam resistência entre parlamentares e em entidades da sociedade civil. Por isso, a ideia de aprovar apenas o auxílio agora e deixar para depois as medidas de ajuste tem ganhado força, para não atrasar a liberação dos recursos aos mais vulneráveis.

Em reação a esse movimento, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, foi direto ao dizer que o fatiamento da PEC teria um efeito "extremamente perverso" sobre a economia. Segundo ele, essa medida despertaria a desconfiança dos investidores em relação ao compromisso com o ajuste.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Insumo no atacado tem forte alta em 12 meses **Impacto:** Neutro

Insumo no atacado tem forte alta em 12 meses

Entre janeiro de 2020 e o mês passado, alta de 71,61% foi a maior desde agosto de 1995

Márcia De Chiara

Puxados pelo mercado internacional, os preços em reais das matérias-primas brutas, que incluem minério de ferro, cobre, soja, bovinos, entre outras importantes commodities, deram um galope em janeiro. Em 12 meses, registraram a maior alta da série iniciada em agosto de 1995.

Entre fevereiro de 2020 e o mês passado, a cotação em reais dessas matérias-primas no atacado subiu 71,61%, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apurados para o cálculo do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI). Foi um avanço de mais de dez pontos percentuais em apenas um mês e uma mudança de tendência. Em dezembro, o ritmo de alta havia perdido força em relação a novembro.

"Os preços em alta dessas commodities, que são a base de muitas cadeias de produção da economia, sobrecarregam vários segmentos", alertou o economista André Braz, coordenador do Índice Preços ao Consumidor da FGV. "É um impacto difuso, porque, no caso das commodities metálicas, pega boa parte da cadeia industrial", concorda o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

O reflexo direto da escalada das cotações das matérias-primas no dia a dia é mais pressão de custos na indústria, que pode resultar em novos reajustes de preços ao consumidor. O leque de produtos cujos preços podem ser afetados pela escalada das matérias-primas é amplo: vai de insumos usados na construção civil, na indústria química até o carro zero.

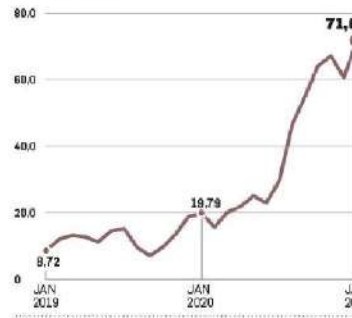
Mas o estrago mais visível e

NAS ALTURAS

Alta de preços no atacado das matérias-primas brutas é a maior em 25 anos

Varição em 12 meses no atacado

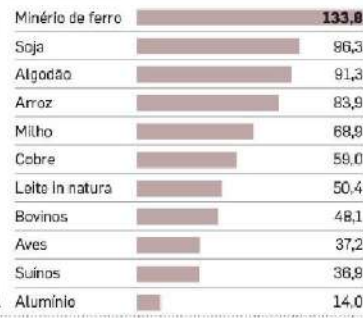
EM PORCENTAGEM



FORTE: IGP-DI (IBGE/FGV)

As maiores altas em 12 meses até janeiro

EM PORCENTAGEM



INFOGRÁFICO: ESTADÃO



Commodities. Minério de ferro está entre as maiores altas

imediatamente na mesa do brasileiro, no tradicional prato feito. Em 12 meses até janeiro, arroz, feijão preto, carne e ovo subiram 74,14%, 54,24%, 22,82% e 10,13%, respectivamente, segundo dados da inflação oficial, o Índice de Preços ao Consumi-

dor Amplo (IPCA) do IBGE. Não é de hoje que a comida tem sido a vilã da inflação. Em 12 meses até janeiro, a alimentação no domicílio acumula alta de quase 20% no IPCA. É um resultado quatro vezes maior do que a inflação geral no mes-

mo período (4,56%).

No mês passado, os preços do grupo alimentação e bebidas no indicador até desaceleraram em relação a dezembro. Mesmo assim, registraram aumento na casa de 1% em apenas um mês. Também em janeiro os alimentos responderam por quase a totalidade da inflação geral do mês (0,22 pontos de 0,25%). "Acima de 1% em um mês na alimentação, preocupa", diz Braz.

Peso no bolso. Na cesta básica da Fundação Procon de São Paulo, os preços de 28 itens que compõem a lista de alimentos também subiram mais de 1% no mês passado. A cesta de comida que custava, em média, R\$ 883,28 em dezembro, atingiu R\$ 893,37 em janeiro e comprometeu mais de 80% da renda das famílias que vivem com um salário mínimo. Para os mais po-

bres, o gasto com alimentos consome a maior parte da renda e sobra muito pouco para as demais despesas básicas.

Entre os alimentos que mais contribuíram para a alta de preços da cesta básica do Procon, estão aves e embutido. Milho e soja, que ficaram 68,9% e 96,3% mais caros no atacado nos últimos 12 meses, são usados para alimentar os animais.

Diante de tantas pressões, economistas já começaram a revisar para cima as projeções de inflação para 2021. No Boletim Focus, do Banco Central, da semana passada o mercado projetava 3,62% para a mediana do IPCA e, nesta semana, subiu para 3,82%. Há um mês a expectativa era de uma alta de 3,50%.

As projeções do mercado estão acima de 3,75%, o centro da meta. "Para mim, 3,75% é piso, a inflação será pressionada não só por alimentos", diz Braz. Por enquanto, ele projeta um IPCA em torno de 4% para este ano.

Mais pessimista, o economista Fábio Silveira, sócio da MacroSector, espera inflação "desconfortável" de 4,5% para 2021, a mesma marca de 2020. Na sua avaliação, o principal motivo é a pressão do câmbio acumulada ao longo de 2020, de mais de 30%. "As empresas estão tentando repassar para o varejo, mesmo com a demanda fraca."

Vale, da MB Associados, é outro economista que está pessimista com a inflação. "É muito provável que veremos as três grandes cadeias de commodities - agropecuárias, metálicas e petróleo - causarem pressão inflacionária ao longo do ano", diz. A consultoria tem a expectativa de que a inflação fique em 3,8% em 2021, mas já considera aumentar essa projeção.

Bolsonaro apoia projeto que cria MEI para caminhoneiro

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O projeto que cria o Microempreendedor Individual (MEI) para os caminhoneiros autônomos garante condições especiais para o enquadramento desses profissionais nesse regime especial com tributação simplificada e menor. O projeto quer estimular a formalização dos caminhoneiros como empresá-

rios individuais, facilitando as condições para a adesão ao MEI.

A regra geral permite que autônomos com faturamento de até R\$ 81 mil por ano se inscrevam como MEI. Já o projeto propõe que caminhoneiros com renda anual de até R\$ 405 mil possam se formalizar como pequeno empresário - 30% desse valor equivale a R\$ 81 mil.

A justificativa para a fixação de um percentual de 20% de presunção de receita fixa é de que grande parte da receita bruta relativa a fretes, para os caminhoneiros autônomos, refere-se a insumos necessários à própria prestação dos serviços, a exemplo de combustíveis, pneus e pedágios.

Aprovado pelo Senado, o projeto está parado na Câmara des-

de dezembro de 2019 e voltou ao debate neste momento de pressão de preços dos combustíveis e ameaça frequente de novas greves pelos caminhoneiros.

Apoio. O governo Bolsonaro prometeu que vaizerar os tributos federais sobre os combustíveis, já retirou o imposto de importação sobre pneus e incluiu

a categoria no grupo preferencial para vacinação contra a covid-19. O presidente deu apoio ao texto em reunião ontem com o senador Jorginho Melo (PL/PR), autor da proposta.

Ao Estadão, o assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, disse que a presunção de receita efetiva nesse patamar está compatível com a realidade do setor.

"A receita do caminhoneiro não é a total, porque tem que eliminar o total de custos", explica Afif, que considera essa uma solução para os caminhoneiros. "O MEI está dentro do Simples. Amanhã, se ele crescer, passa a ser microempresa", ressalta o assessor do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para ele, os caminhoneiros vão pagar um imposto compatível com seu rendimento efetivo, diminuindo os custos que estão pressionados pela alta dos combustíveis e pneus.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Anatel aprova edital de leilão do 5G, que deve ocorrer ainda no 1º semestre **Impacto:** Neutro

B12 | Economia | SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Ensino básico
Com Eleva, Lemann
amplia aposta no setor
de educação. Pág. B14

Internet. Venda de faixas da tecnologia 5G será a maior licitação do segmento no País, mas processo ainda precisa passar pelo crivo do Tribunal de Contas da União; com obrigações de cobertura exigidas, expectativa é que arrecadação de leilão seja relativamente baixa

Anatel aprova edital de leilão do 5G, que deve ocorrer ainda no 1º semestre

Anne Warth / BRASÍLIA

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou ontem o edital para o leilão de frequências do 5G. O documento será enviado agora para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa é de que o leilão aconteça ainda no primeiro semestre de 2021.

A tecnologia 5G é a quinta geração das redes de comunicação móveis. Ela promete velocidades até 20 vezes superiores à do 4G, com maior consumo de vídeos e jogos. Será a maior licitação de espectro da história do País.

O edital manteve a proposta de lotes regionais para a faixa de 3,5 GHz, radiofrequência em que o 5G será ofertado, e o uso de todo o espectro disponível, de 400 MHz.

A Anatel também manteve a proposta do relator Carlos Baigorri sobre padrões tecnológicos no uso da faixa 3,5 GHz, que exigirão a construção de redes inteiramente novas e investimentos pesados das companhias. Vivo e Claro contavam com uma migração mais suave, na qual poderiam utilizar parte

das atuais estruturas de 4G para aos poucos chegarem aos padrões da quinta geração. Já a TIM defendia o novo padrão desde já.

Para Baigorri, o novo padrão é o que de fato pode entregar a qualidade esperada para o 5G. Ao *Estadão/Broadcast*, no início do mês, ele disse que esse padrão poderia ser comparável a uma Ferrari, enquanto o outro seria um Fusca. Hoje, disse que não desejava um 5G "meia-boca" ou "para poucos".

Outro ajuste acatado ontem é o que determina que todas as empresas interessadas no leilão terão de comprovar regularidade fiscal municipal.

Apesar de toda a polêmica dos conflitos entre o governo e a China, a proposta de edital não proíbe a Huawei de fornecer equipamentos às teles que disputarem o leilão. A vedação à companhia somente poderia ser concretizada por decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro — o que, até o momento, não ocorreu.

O preço mínimo de cada lote no leilão só será divulgado após o aval do TCU. Mas, dada a quantidade de obrigações adicionais às empresas vencedoras, a ex-



Quinta geração. Tecnologia promete velocidades até 20 vezes superiores à do 4G

pectativa é de que a arrecadação financeira para o Tesouro Nacional não seja tão grande. Isso porque os investimentos necessários para o cumprimento de cada contrapartida prevista no edital são descontados dos valores que poderiam ser cobrados como outorga.

Principais obrigações. Os vencedores nessa frequência de 3,5

GHz terão de assumir a maior parte dos compromissos determinados pelo governo. Com a migração dos canais transmitidos por antena parabólica, a exemplo do que ocorreu com o fim da TV analógica para acomodar as redes de 4G, as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais deverão receber kits para não perderem o acesso. Esse

custo será bancado pelas empresas que levarem os lotes nacionais dessa frequência.

Além disso, por determinação do Ministério das Comunicações, os vencedores do leilão na faixa de 3,5 GHz deverão construir uma rede de telecomunicações segura e exclusiva para toda a administração federal, cuja propriedade passará à União.

Há a expectativa de que essa rede será operada pela Telebrás. Com o incômodo do Ministério da Economia, que pretende privatizar a companhia, o governo disse que deve editar um decreto para que essa atribuição possa ser realizada por outras empresas — isso, até agora, não ocorreu.

Essa infraestrutura para o governo, que será chamada de Rede Segura, deverá ser de fibra óptica fixa, com criptografia, e alcançar todo o território nacional onde houver órgãos públicos federais. No caso específico do Distrito Federal, as redes deverão ser fixas e móveis.

Teto de investimentos. Depois das reclamações das teles sobre o volume de contrapartidas que serão exigidas no leilão do 5G, o governo sugeriu um teto máximo de R\$ 2,5 bilhões em investimentos. Esse valor deverá ser dividido em dois projetos que fazem parte da lista de obrigações: R\$ 1 bilhão para a Rede Segura e R\$ 1,5 bilhão para a infraestrutura do País. Os valores não foram considerados no edital neste momento, mas poderão ser incluídos depois da análise do TCU.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Investidor mais velho migra para a Bolsa na pandemia **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B13

Investidor mais velho migra para a Bolsa na pandemia

Fugindo dos juros baixos da renda fixa, público acima de 66 anos já concentra 33,9% dos recursos aplicados por pessoas físicas na B3

Jeme Andrade

A migração das pessoas físicas para a Bolsa, em um cenário de juros historicamente baixos, se intensificou na pandemia de covid-19. Esse movimento atraiu também os investidores mais velhos. Nos primeiros nove meses da pandemia, a Bolsa paulista, a B3, viu um aumento de 21,7% no número de investidores acima de 56 anos, para um total de 460 mil.

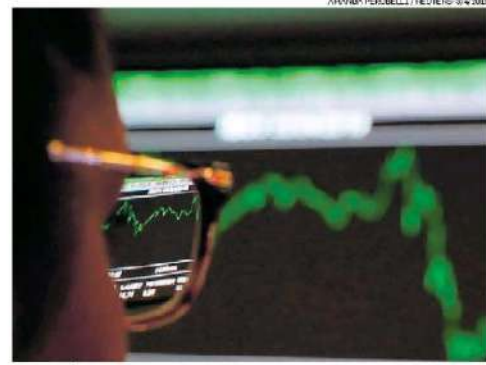
Esse público concentra boa parte dos recursos de pessoas

físicas na Bolsa. Segundo dados da B3 de dezembro, os investidores na faixa etária de 56 a 65 anos são responsáveis por 20,6% do volume financeiro, ou R\$ 93,2 bilhões. Já os investidores com mais de 66 anos possuem R\$ 153,2 bilhões investidos, cerca de 33,9% do total.

O grupo "56+" é dono de 54,44% de todo o dinheiro transacionado por investidores pessoas físicas, o que corresponde a R\$ 315,45 bilhões. "É uma população que estava habituada a investir em renda fixa, que manteve recursos por longos anos nessas

aplicações", explica Luciana Ikedo, presidente de Ikedo Investimentos. "Agora eles também estão em busca de rentabilidade, afinal não querem deixar o patrimônio acumulado durante toda a vida ser afetado pelos juros (reais) negativos."

Esse é o caso do professor de química e meio ambiente Ervalino Sousa Matos, de 65 anos. Ele começou a investir na B3 no segundo semestre de 2019 – antes disso, aplicava apenas em fundos de previdência privada e na poupança, que hoje rende apenas 70% da Selic, ou seja, cerca



Estratégia. Idosos vão à Bolsa para proteger patrimônio

● Nova ordem

"Começou a render muito pouco, aí parti para os fundos de ações. Meu objetivo é rentabilizar ao máximo o patrimônio."

Ervalino Sousa Matos

PROFESSOR

de 0,11% ao mês.

"Começou a render muito pouco, aí parti para os fundos de ações. Meu objetivo é rentabilizar ao máximo o patrimônio, porque, à medida que vou

envelhecendo, fica mais difícil de trabalhar", afirma Matos. "Quando veio a pandemia, a Bolsa caiu muito, os fundos desvalorizaram bastante, mas eu não saí deles. Depois, quando o mercado foi recuperando, eu notei que os fundos de ações estavam demorando mais para retomar, aí comecei a fazer homebroker com orientação de assessores. Estou indo bem."

Matos explica que tem visão de médio e longo prazos para os investimentos e não se abala com as oscilações de mercado. "A Bolsa me deu uns sustinhos

no ano passado, mas a gente continua. Não sou ansioso."

De acordo com Ikedo, as dificuldades trazidas pela pandemia do coronavírus ajudaram a acelerar a busca pela renda variável na população mais velha. "Hoje essa faixa etária é ativa e acredito que a restrição de circulação imposta, principalmente a esse público, funcionou como um estímulo para que esses investidores estudassem e operassem mais", afirma Ikedo. "No meu escritório, o investidor mais velho tem 94 anos e começou a operar no ano passado."

Gênero. De acordo com os dados da Bolsa, em dezembro do ano passado as mulheres representam 25,97% dos investidores pessoas físicas na B3. Isto é, dos 3,2 milhões de CPPFs na Bolsa, pouco mais de 847 mil pertencem ao sexo feminino.

Entre os "56+" o cenário mudou um pouco: dos 460 mil investidores nessa faixa etária, 145 mil são mulheres, ou 31,5% do total. Em comparação a março de 2020, início da pandemia, a representatividade avançou alguns pontos dentro desse grupo: há pouco menos de um ano, elas representavam 29,96% dos então 377,9 mil investidores com mais de 56 anos na B3.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Aprovado no Senado, Marco Legal das Startups frustra setor **Impacto:** Neutro

Aprovado no Senado, Marco Legal das Startups frustra setor

Para associações de startups, pontos importantes para o ecossistema não foram abordados pelo projeto

Felipe Laurence

O Senado Federal aprovou, na noite de quarta-feira, o Marco Legal das Startups, que estabelece um ambiente regulatório facilitado para que empresas inovadoras consigam desenvolver suas operações no Brasil. O texto, modificado em relação ao aprovado na Câmara dos Deputados em dezembro, traz vários avanços, mas a sensação dos atores do ecossistema é de frustração porque não foram abordados pontos importantes que ajudariam a potencializar as normas que deverão virar lei. "Avançamos muito pouco perto da oportunidade e da necessidade", diz Felipe Matos, presidente da Associação Brasileira de Startups (ABStartups). Como principais destaques do marco, ele destaca a criação de um regime especial para com-

pras governamentais, que simplifica o processo para a participação de startups, a proteção aos direitos dos investidores e a possibilidade de empresas usarem verba obrigatória destinada a pesquisa e desenvolvimento em aportes.

"No entanto, é uma pena que os pontos que realmente tirariam o País de uma posição atrasada na comparação com o mundo acabaram não sendo incorporados", complementa Matos. Dois temas causaram mais consternação: a falta da equiparação de investimentos em startups a outros como fundos imobiliários e LCIs/LCAs, que possuem isenção, mantendo a carga tributária de renda fixa, e o impedimento para que startups possam se organizar como sociedades anônimas (S.A.s) e se manter no regime do Simples Nacional.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ), relator do projeto, defende que ambas as situações, por tratarem de questões tributárias, têm de ser modificadas a partir de iniciativa do Poder Executivo. Ele pondera que, dos quatro pleitos que o ecossis-



Pressa. Entidades do setor questionam falta de diálogo

tema de startups defende, dois foram atendidos: a supressão do texto aprovado na Câmara que definia a natureza das 'stock options' (opções de compra de ações dada a funcionários) como remuneratória e a possibilidade de que startups sob a forma de S.A.s possam realizar suas publicações legais pela internet e substituir livros por registros eletrônicos.

"Sou bastante favorável a dar um encaminhamento para as 'stock options' e já pedi estudos para elaborar projeto que resol-

va essa situação", comenta o relator. O pedido das startups é que o mecanismo fosse tratado como transação mercantil, mera troca de ações. Do jeito como foi aprovado pela Câmara, incidiriam encargos trabalhistas sobre as opções, o que inviabilizaria sua implementação, navisão do setor. "Decidi por suprimir o capítulo como um todo para evitar insegurança jurídica", explica Portinho.

Rodrigo Afonso, diretor presidente da Associação Dinamo, entidade que agrega várias organizações no ecossistema de startups, lamenta a falta de oportunidade de conversar com os senadores e tentar evoluir nas questões que acabaram sendo deixadas de fora. "O projeto já saiu com alguns pontos questionáveis da Câmara e não tivemos a chance de mostrar aos senadores a importância da questão tributária, da trabalhista. Um assunto complexo como esse não poderia ter sido aprovado tão rápido."

O Marco Legal das Startups volta agora para a Câmara dos Deputados, onde os congressistas referendam ouvetam as modificações feitas pelo Senado, impedindo que o mérito volte à discussão. A expectativa é de que as mudanças serão aprovadas.

Americanas e BR se unem em conveniência

Talita Nascimento
Ivany Terceza

Depois de dois anos de negociações, a BR Distribuidora e a Lojas Americanas anunciaram ontem a criação de uma parceria no mercado de conveniência de varejo. A atuação conjunta entre a distribuidora de combustíveis e a gigante varejista será meio a meio. Funcionará dentro dos postos de gasolina, com a rede BR Mania, e fora deles, com as unidades da bandeira Local. A joint venture é avaliada em até R\$ 995 milhões.

Desde que foram iniciadas as conversas, as empresas passaram por grandes transformações. A BR, antes subsidiária integral da Petrobrás, foi totalmente privatizada, e a Lojas Americanas promoveu, no ano

● **Presença**

1,2 mil

é o total de lojas da BR Mania, da BR Distribuidora, enquanto a rede Local, da Americanas, contabiliza 55 unidades

passado, um aumento de capital bilionário, principalmente devido à expansão da B2W, sua controlada, impulsionada pelas vendas digitais em meio à pandemia de covid-19.

Os ganhos esperados virão do melhor aproveitamento de conhecimentos distintos. A BR, presente em todo o País, tem grande capilaridade. Apesar disso, as 1,2 mil lojas de conveniência - criadas para alavancar as vendas de combustíveis - estão presentes em somente cerca de 15% do total de postos com da marca. No mercado, essa média é de 20%. A expansão da rede é um dos objetivos da distribuidora.

Com a parceria, as Lojas Americanas, que tem 55 lojas de vizinhança (batizado Local), vai ganhar musculatura. Dona de centros de distribuição e uma infraestrutura avançada de atendimento digital, passará a ter acesso ao canal de postos. As lojas de conveniência irão também ampliar a atuação com entregas de produtos.

"Vamos alavancar o segmento de conveniência com melhor gestão de sortimento e maior faturamento por metro quadrado", disse Natália Cid, gerente executiva de franquias da BR. O modelo de operação prevê tanto lojas franqueadas quanto pontos próprios, segundo o comunicado divulgado ontem.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 26/02/21 - Cidade/UF: RJ

Título: 'Ninguém fica sentado em casa aumentando preços', afirma presidente da Petrobrás Impacto: Neutro

B1 | SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

SALE Home Office >>>
+ Bem Estar
CADEIRA AERON COMPLETA
Cor grafite e com todos os ajustes
12x R\$ 770,00
GARANTIA | 12 ANOS
Herman Miller



NOVO AMBIENTE

File com um consultor

LOJA ONLINE: novoambiente.com/loja
AL. GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, 653
TEL: (49) 3113-3060-3331
SHOWROOM VENDAS@NOVOAMBIENTE.COM.BR
@NOVOAMBIENTE SP | RJ

'Mind the gap'. Em sua primeira aparição após ser atacado pelo presidente Jair Bolsonaro, Roberto Castello Branco usa camiseta com inscrição do metrô de Londres para alertar para o risco de vender combustíveis a preços descolados do mercado internacional

'Ninguém fica sentado em casa aumentando preços', afirma presidente da Petrobrás

Fernanda Nunes
Denise Luna
Vinícius Neder / RJO

Em sua primeira aparição pública após ser demitido pelo presidente Jair Bolsonaro pelas redes sociais, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, usou até mensagens subliminares para se defender. O executivo rebateu cada uma das críticas disparadas contra ele e apareceu na teleconferência com analistas do mercado financeiro com uma camisa de malha com a inscrição "mind the gap", um alerta do metrô de Londres para que os passageiros fiquem atentos ao vazio que separa o trem da plataforma.

A expressão batizou o plano estratégico da companhia, elaborado durante a gestão do executivo, e que tinha como objetivo reduzir as diferenças entre a Petrobrás e suas concorrentes internacionais. Ao utilizá-la, Castello Branco enviou um recado a Bolsonaro sobre os riscos de se vender combustíveis a preços descolados do mercado internacional. A adoção pela empresa de uma política de reajustes em linha com as oscilações do petróleo negociado na Bolsa de Londres - Política de Paridade Internacional (PPI) - motivou a demissão do executivo na semana passada. "Queremos nos comparar aos melhores", afirmou o executivo.

Castello Branco disse ter sido acusado injustamente de falta



Em casa. De camiseta em teleconferência, Roberto Castello Branco rebateu ainda as críticas por estar em home office

● **Retorno social**
"Não se atende aos melhores interesses da sociedade subsidiando os preços dos combustíveis. Nós optamos, para ter uma visão social, por projetos que tenham alta taxa de retorno social, seja em educação, meio ambiente ou no combate à covid."

Roberto Castello Branco
PRESIDENTE DA PETROBRÁS

de transparência e que "o preço dos combustíveis ainda é alvo de palpites de jogo de futebol". Segundo ele, as decisões sobre o assunto são reflexos do mercado de petróleo e levam em conta princípios de governança. "Ninguém fica sentado em casa aumentando preços, é um trabalho de equipe", afirmou.

Enquanto Castello Branco prestava contas da sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro retomava os ataques, em evento em Foz do Iguaçu (PR), ao lado do seu indicado ao comando da petrolífera, general da reserva Jo-

quim Silva e Luna (veja abaixo). Bolsonaro não gostou do aumento de 15,2% do óleo diesel anunciado pela Petrobrás na quinta-feira da semana passada. Ao encarecer o combustível, Castello Branco contrariou reivindicações dos caminhoneiros, que, por conta do diesel, ameaçam repetir a greve histórica de maio de 2018. A categoria é uma das mais importantes bases eleitorais do presidente da República.

O principal argumento do executivo é de que não há como a empresa se inserir numa eco-

nomia de mercado sem se balizar na cotação do petróleo em dólar, como seus competidores. Ele alegou ainda que uma relevante parcela da dívida da empresa é cobrada na moeda americana.

"Não se atende aos melhores interesses da sociedade subsidiando os preços dos combustíveis. Nós optamos, por ter uma visão social, por projetos que tenham alta taxa de retorno social, seja em educação, meio ambiente ou no combate à covid", disse o presidente da Petrobrás.

Home office. Em sucessivas mensagens contra a atual administração da estatal, Bolsonaro também criticou o executivo por trabalhar de casa durante a pandemia, em regime de home office. Todas as críticas foram rebatidas por Castello Branco, em duas horas e meia de teleconferência para apresentar o resultado financeiro de 2020, quando a Petrobrás teve lucro de R\$ 7,1 bilhões. Em nenhum momento, foi citado o nome de Bolsonaro.

Castello Branco alegou que a adoção do trabalho remoto na Petrobrás gerou ganhos de produtividade e redução de custos, além de ter contribuído para diminuir a transmissão do coronavírus. "O vencedor não é quem é maior, mas quem sabe mudar rapidamente de forma inteligente", acrescentou, em resposta à fala de Bolsonaro, que chamou de "inadmissível" a adoção do home office pelo presidente da Petrobrás.

Apesar do tom de ressentimento na teleconferência com analistas, Castello Branco se mostrou disposto a ajudar na transição do comando da estatal para o general Silva e Luna. O executivo acredita que o processo deverá ser "suave", mas evitou comentar o futuro da companhia.

Disse apenas que não há indicação de mudanças na política de preços dos combustíveis e que, até agora, os últimos acontecimentos não interferiram no programa de venda de refinarias da estatal.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: 'Estatat tem de ter visão social', diz Bolsonaro **Impacto:** Neutro

'Estatat tem de ter visão social', diz Bolsonaro

Em evento, presidente volta a elogiar seu escolhido para dirigir a Petrobrás: 'ele conduziu Itaipu de forma ímpar'

Denise Paro

ESPECIAL PARA O ESTADÃO
FOZ DO IGUAÇU

O presidente Jair Bolsonaro voltou a elogiar ontem a atuação do seu indicado para comandar a Petrobrás, o general Joaquim Silva e Luna, no período em que esteve à frente da Itaipu Binacional e disse que as estatais precisam ter "visão social".

Segundo Bolsonaro, quem depende dos produtos da Petrobrás vai se surpreender positivamente com o trabalho de Silva e Luna, hoje à frente da direção da Itaipu Binacional. "Uma estatal, seja qual for, tem de ter sua visão social, não podemos admitir um presidente que não tenha essa visão."

O mercado reagiu mal à indicação do general da reserva para substituir Roberto Castello Branco no comando da Petrobrás. O temor é de ingerência na política de preços da estatal, que segue a cotação internacional do petróleo, a fim de agradar os caminhoneiros, que são apoiadores de Bolsonaro.

O presidente cobrou "previsibilidade" das gestões de empresas públicas para que o governo possa se "antecipar a problemas e ter visão de futuro". "To-

dos aqueles que eu escolhi, quer seja para ocupar ministérios, estatais, ou diretorias de bancos oficiais, tiveram liberdade (para mudar o destino do País)", afirmou.

Este ano, a estatal já reajustou os preços nas refinarias quatro vezes. Com isso, diesel e gasolina acumulam alta de 27,5% e 34,8%, respectivamente, em 2021.

Em evento de lançamento do projeto de revitalização do sistema de corrente contínua de alta tensão de Furnas, em Foz do Iguaçu, com a presença do general da reserva, o presidente afirmou que Silva e Luna conduziu Itaipu de "forma ímpar, combatendo desvios e colocando-a no rumo da prosperidade".

"O convite que fizemos ao sr. general Silva e Luna para presidir a Petrobrás visa a uma nova dinâmica para aquela empresa e, neste momento, eu agradeço a ele por ter aceitado o convite. E podem ter certeza de que todos aqueles que dependem do produto da Petrobrás vão se surpreender positivamente com o seu trabalho quando ele lá assumir", afirmou Bolsonaro

Mercado. Os preços dos papéis da estatal reagiram imediatamente à fala do presidente Jair Bolsonaro sobre a visão social de uma estatal, invertendo a alta de mais de 1% desde a abertura do pregão para queda. As ações preferenciais caíram 4,5% e as ordinárias, 3,5% no fechamento do pregão de ontem.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ★★★

SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2021 A15

mercado



Paulo Guedes abraça o colega Bento Albuquerque (Minas e Energia) na terça-feira (23) Adriano Machado - 23.fev.21/Reuters

Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio

Insistência de Guedes em acabar com gasto mínimo em saúde e educação adia PEC

Renato Machado
e Thiago Resende

BRASÍLIA A insistência do governo federal em manter a proposta de extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação resultou em um grande revés nesta quinta-feira (25), atrasando a votação que destravaria o auxílio emergencial.

Parlamentares governistas se depararam com o risco de atrasar em pelo menos duas semanas a tramitação da proposta e, por isso, agora sinalizam recuo na desvinculação. A equipe econômica já admite uma derrota nessa disputa, mas prioriza a aprovação de outras medidas relacionadas ao ajuste das contas públicas.

Nesta terça-feira (23), após reunião de líderes, o Senado decidiu adiar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, considerada fundamental pela equipe econômica para a concessão do benefício para a população.

O governo ainda precisou

recuar da tentativa de apenas ler o relatório durante a sessão desta quinta-feira, pois havia o risco de a PEC ser retirada do plenário e passar a tramitar na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o que atrasaria ainda mais a aprovação.

Os líderes acordaram adiar a votação para quarta-feira (3), deixando a sessão da tarde desta quinta apenas para a leitura do relatório da PEC, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC). A sessão da próxima terça-feira (2) também será usada para debates sobre a proposta.

A leitura do relatório marcaria o início da tramitação da proposta na Casa, mas acabou adiada em razão da grande resistência dos senadores, tanto da oposição como governistas.

Ainda não há definição se os dois turnos da votação — para aprovar uma PEC são necessários dois turnos em cada casa legislativa e três quintos dos votos — acontecerão na quarta ou se será respeitado o interstício regimental, de cinco dias entre as votações.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que esperava um entendimento para votar os dois turnos na quarta.

Pacheco afirmou que não se tratou de um "adiamento" e que a votação na próxima quarta vai se dar no "tempo mais curto que enxergamos para poder compatibilizar a importância de votar a PEC com a necessidade de amadurecer o debate".

"Na verdade, o que eu vi foi uma grande reação à questão da desvinculação dos mínimos de educação e saúde, mas há aspectos remanescentes do parecer do relator Márcio Bittar que não houve tanta polêmica. Então vamos aguardar a leitura do parecer".

A PEC Emergencial prevê o acionamento de medidas em caso de crise nas contas públicas. O governo considera fundamental a sua aprovação antes de encaminhar ao Congresso a proposta para uma nova rodada de auxílio emergencial.

Os primeiros estudos do Ministério da Economia indicam

+
Excluir mínimo é cavalo de pau em transatlântico, diz secretário do Tesouro

Apesar de reconhecer dificuldades no debate da regra que extingue os valores mínimos a serem aplicados em saúde e educação, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que a proposta é como "dar cavalo de pau em transatlântico". Funchal defende a proposta, mas afirma que é uma mudança difícil. "Se você está em um estado ou em um município, sofre esse tipo de problema, tem uma amarra muito grande. Mas é difícil dar cavalo de pau em transatlântico. É sair do 0 para 100 quilômetros por hora rapidinho, é difícil. Mas se a gente conseguir avançar nessa direção, trazer os governadores e prefeitos para o debate, acho que tem um grande ganho", disse.

que a nova rodada do auxílio emergencial deva atingir cerca de 40 milhões de pessoas, em situação de vulnerabilidade em razão da pandemia.

Em seu relatório apresentado nesta semana, Bittar manteve no texto pontos polêmicos do projeto original de 2019, sendo o principal deles a extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação. Líderes apontaram durante a reunião que havia o risco de não aprovação da PEC na sessão desta quinta-feira, por causa justamente da desvinculação dos gastos com saúde e educação.

A tensão aumentou ainda mais durante a sessão plenária, marcada por uma série de tentativas da oposição de barrar a leitura do relatório, fazendo uso de instrumentos regimentais.

"A população aguarda o auxílio emergencial e vacinas e o governo vem aqui fazer balões de ensaios. O governo está fazendo a versão 1.0, versão 2.0, versão 3.0 e versões não oficiais. Não podemos brincar com isso e fazer factoides aqui dentro", disse o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN).

O governo esteve perto de sofrer uma grande derrota, com a provável aprovação do requerimento para tirar a proposta da pauta e encaminhá-la para a principal comissão da Casa. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), então, negociou acordo com a oposição para adiar a leitura do relatório, em troca da retirada do requerimento.

Por fim a PEC foi retirada da pauta desta quinta-feira, encerrando a sessão.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aposta na aprovação da PEC Emergencial para destravar a pauta liberal apresentada ao Congresso e aliados indicou que esse projeto pode definir sua permanência ou não no governo.

A proposta, no entanto, vem sendo desidratada pelo Congresso, o que vem sendo apontado como uma derrota do ministro da Economia. Além disso, a questão dos prazos é vista como um entrave para a equipe econômica.

O governo mantém a pretensão de começar a pagar a nova rodada do auxílio emergencial em março, mas diz que só encaminha a proposta com a aprovação da PEC Emergencial nas duas Casas.

No entanto, caso não haja acordo para a votação na nova rodada do auxílio, a data programada ou para a retirada do interstício,

parlamentares governistas veem o risco de que a PEC não seja aprovada em tempo hábil no Senado e na Câmara dos Deputados.

Inicialmente, a equipe econômica queria autorização para cortar temporariamente a jornada e os salários de servidores públicos, o que provoca uma redução imediata nos gastos. Guedes já cedeu nesse ponto e a versão mais atual do relatório de Bittar não prevê esse dispositivo.

O texto atualmente debatido no Senado prevê medidas como barreiras à criação de novas despesas obrigatórias, reajustes a servidores e a concursos públicos.

Bolsonaro diz que benefício deve ser de R\$ 250, em 4 parcelas

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quinta-feira (25) que o governo deve fechar em R\$ 250 o valor da nova rodada do auxílio emergencial que será pago a partir de março por um período máximo de quatro meses.

"Estive hoje com o Paulo Guedes [Economia]. A princípio, o que deve ser feito? A partir de março, por quatro meses, R\$ 250 de auxílio emergencial. Então, é isso que está sendo disponibilizado. Está sendo conversado ainda, em especial com os presidentes da Câmara [Arthur Lira (PP-AL)] e do Senado [Rodrigo Pacheco (DEM-MG)] porque a gente tem que ter certeza de que o que nós acertamos, vai ser em conjunto, não vai ser só eu e a equipe econômica, vai ser junto com o Legislativo também, na ponta da linha, aquilo seja honrado por todos nós", disse Bolsonaro em sua live semanal.

Inicialmente, Guedes defendia que o valor fosse de R\$ 200, mas parlamentares queriam mais. No ano passado, foram pagas cinco parcelas de R\$ 600 e outras quatro de R\$ 300.

"Então, mais quatro meses para ver se a economia pega de vez, pega para valer", prosseguiu Bolsonaro, sem informar se a nova rodada respeitará o teto de gastos.

Ele disse que, ao final deste período, espera ter uma proposta para o novo Bolsa Família a ser pago a partir de julho, segundo o presidente.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid **Impacto:** Neutro

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 180,2 bilhões em janeiro, uma queda real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. Os dados mostram que a atividade econômica segue prejudicada pelos efeitos da Covid, que chegou ao Brasil no fim de fevereiro.

O resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas neste começo de ano.

Em 2020, a pandemia havia afetado os dados com mais força de abril a julho. Nesse período, o percentual de queda na receita chegou a dois dígitos (na comparação com os respectivos meses do ano anterior). De agosto a dezembro, no entanto, os dados tinham mostrado crescimento.

Mesmo com a melhora no fim de 2020, a arrecadação terminou o ano passado com queda de quase 7% e o resultado o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela inflação).

De acordo com a Receita,

parte influenciado por indicadores macroeconômicos em nível inferior ao do início do ano passado — como o valor em dólar de importações.

De acordo com dados monitorados pela equipe econômica, houve recuo em indicadores do comércio e queda da confiança do consumidor em janeiro. "Esse comportamento é esperado pois, com a perspectiva de aumento das medidas de restrição, empresários e consumidores se mostram mais cautelosos", disse Sérgio Gadelha, coordenador de

modelos e projeções da Secretaria de Política Econômica.

Segundo ele, a desaceleração foi observada já em dezembro em função da redução do auxílio emergencial e do aumento das restrições.

Por outro lado, a produção industrial e a venda de bens dão sinais de recuperação. A análise detalhada da arrecadação mostra que a queda foi observada no grupo das chamadas receitas administradas por outros órgãos — o que representa principalmente royalties obtidos com a produção de

petróleo no país. Elas caíram 27% na comparação com um ano antes, para R\$ 8,4 bilhões.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, diz que a queda é decorrente da menor atividade em campos no país. "Alguns campos de petróleo tiveram redução, o que interfere na apuração dos royalties que são pagos à União", disse.

Balanco da Petrobras divulgado nesta semana corroborou a análise ao informar que a produção média de óleo e gás natural nos últimos três meses de 2020 ficou 9,1% abaixo do trimestre anterior.

Já o grupo das chamadas receitas administradas pelo Fisco, onde está o recolhimento com tributos, teve aumento real de 0,2% na comparação com um ano atrás — para R\$ 171,7 bilhões. Ainda assim, esse foi o terceiro mês seguido de desaceleração e o menor avanço em seis meses.

Na análise por tributo, o aumento foi verificado principalmente em IRPJ/CSLL (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido), que cresceu 5,7% — para R\$ 57,5 bilhões.

Sem gasto emergencial, governo têm superávit de R\$ 43,2 bilhões

BRASÍLIA Após registrar o maior rombo da história em 2020, as contas do governo federal iniciaram o ano com resultado positivo. Em janeiro, houve superávit primário de R\$ 43,2 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta quinta-feira (25).

O saldo é ligeiramente pior do que o observado em janeiro de 2020, quando ficou positivo em R\$ 44,1 bilhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um recuo de 6,3%, considerando a inflação.

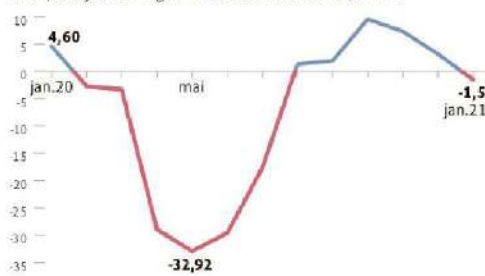
Segundo o Tesouro, o resultado é melhor do que as

expectativas de mercado e foi influenciado pela interrupção dos gastos emergenciais relacionados à pandemia do novo coronavírus. Enquanto essas despesas somaram R\$ 33,5 bilhões em dezembro, o valor foi de R\$ 2 bilhões em janeiro.

Em 2020, em razão da pandemia, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de impostos, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões. O resultado foi o pior da série histórica, iniciada há 24 anos. Bernardo Caram

Variação real da arrecadação

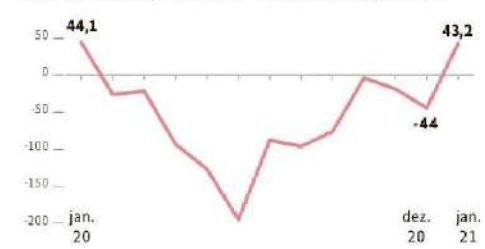
Comparação com igual mês do ano anterior, em %



Fonte: Receita Federal

Resultado primário mensal do governo volta ao azul após 11 meses

Saldo de Tesouro, Previdência e Banco Central, em R\$ bi



Fonte: Tesouro Nacional

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Caixa lança linha de crédito imobiliário atrelado à poupança **Impacto:** Neutro

Caixa lança linha de crédito imobiliário atrelada à poupança

Banco estuda diminuir o percentual mínimo de entrada para financiamento da casa própria, atualmente em 20%

Larissa Garcia

BRASÍLIA A Caixa Econômica lançou, nesta quinta-feira (25), uma nova linha de crédito imobiliário vinculada à variação da caderneta de poupança. A modalidade estará disponível a partir de 1º de março.

No contrato, o banco cobrará a remuneração da poupança, acrescida de uma taxa adicional, que varia de 3,35% a 3,99% mais a TR (Taxa Referencial), hoje zerada.

Hoje, a poupança rende a TR mais 70% da Selic, que está em 2% ao ano (rendimento de 1,40% ao ano).

Pela regra, quando a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% ao ano, o rendimento da poupança será 0,50% ao mês, mais TR. Caso a taxa Selic esteja menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento será remunerado a 70% da Selic, acrescida da TR.

Segundo simulação apresentada pelo presidente da instituição, Pedro Guimarães, a taxa final pode variar de 4,75% a 5,39%, de acordo com o perfil do cliente e o nível de relacionamento com a Caixa.

Se o tomador tem conta corrente e recebe o salário no banco, por exemplo, ele tem acesso a taxas menores.

"Atualmente temos as menores taxas de juros da história, e os preços dos imóveis ainda não se recuperaram totalmente, então temos um momento muito importante para financiamento imobiliário", disse Guimarães.

Para financiar um imóvel na Caixa, o cliente precisa dar, no mínimo, 20% de entrada. Guimarães afirmou que a instituição estuda diminuir esse percentual.

"Estamos discutindo outras melhorias [no segmento imobiliário] e devemos ter novidades em breve", adiantou, se referindo ao percentual de entrada.

Além dessa linha, a Caixa oferece outras três modalidades de crédito habitacional: corrigido pela TR (com acréscimo de taxa), pela inflação ou fixa, que é no mínimo de 8,25%.

A carteira de crédito imobiliário da Caixa cresceu 28% em 2020, e a expectativa, de acordo com Guimarães, é que o saldo seja ampliado em 15% neste ano.

Modalidades de financiamento da casa própria na Caixa

POUPANÇA (NOVA LINHA)

Correção: poupança (1,40%)* + TR (zero)* + juros de 3,35% a 3,99% ao ano
Prazo: até 420 meses
Limite de financiamento: até 80% do valor do imóvel

TR

Correção: TR (zero)* + juros de 6,25% a 8% ao ano
Prazo: até 420 meses
Limite de financiamento: até 80% do valor do imóvel

IPCA (INFLAÇÃO)

Correção: IPCA + juros de 2,95% a 4,95% ao ano
Prazo: até 360 meses
Limite de financiamento: até 80% do valor do imóvel

FIXA

Correção: juros de 8% a 9,75% ao ano
Prazo: até 360 meses
Limite de financiamento: até 80% do valor do imóvel

*Valores atuais

"Esperamos que haja muita adesão a essa nova linha", disse o executivo.

Segundo balanço de 2020 divulgado nesta quinta, a Caixa tem 145,4 milhões de clientes e R\$ 387,6 bilhões de saldo aplicado em poupança. No ano, foram concedidos R\$ 116 bilhões em crédito imobiliário.

A carteira de crédito habitacional da instituição somou R\$ 509,8 bilhões no ano passado, em 5,6 milhões de contratos. A participação da Caixa no segmento é de 68,8%.

"Tivemos um crescimento de quase 300% na nova gestão [a partir de 2019] no financiamento imobiliário com recursos da poupança. Já para o segmento de baixa renda, no programa Casa Verde e Amarela [antigo Minha Casa Minha Vida], tivemos 96,6% de execução de recursos. Ou seja, fomos responsáveis por esse percentual de tudo que foi concedido no programa", afirmou o presidente da Caixa.

Bolsa cai 2,94%, e dólar vai a R\$ 5,51 com tensão global

SÃO PAULO O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, fechou em queda de 2,94%, a 112.256 pontos nesta quinta-feira (25), acompanhando o viés negativo em Nova York.

A Bolsa de tecnologia Nasdaq caiu 3,52%. O S&P 500 recuou 2,45%, e o Dow Jones, 1,75%.

Investidores temem o aumento da inflação nos Estados Unidos, o que levou a uma venda generalizada dos títulos do Tesouro americano. Além disso, um leilão de títulos de sete anos na sessão não teve muita procura, contribuindo para elevar o juro de remuneração destes títulos. Quanto menos procura dos investidores, mais alta a remuneração que o Tesouro tem que oferecer.

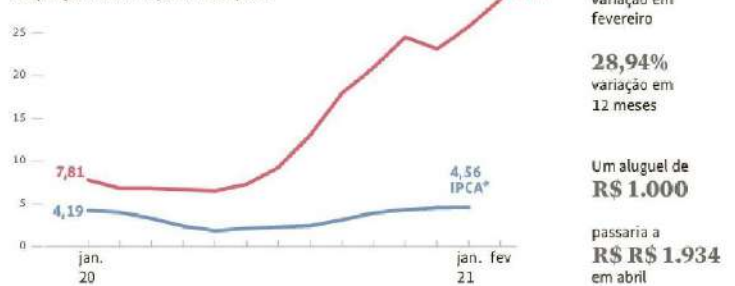
Os juros dos títulos de dez anos dos EUA atingiram 1,614%, máxima em um ano, levando investidores a realizar lucros em algumas ações de alto crescimento.

No Brasil, o dólar fechou em alta de 1,67%, cotado a R\$ 5,510. **Júlia Moura**

Corr Reuters

Inflação do aluguel dispara

Efeito nos contratos com aniversário em março
Comparação IPCA x IGP-M, em 12 meses, em %



O que compõe o IGP-M



IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo)

Mostra variação de preço percebidos por produtores. Sofre influência do dólar

IPC (Índice de Preços ao Consumidor)

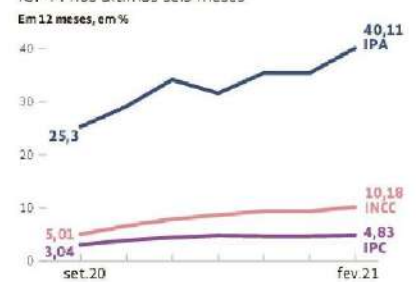
Acompanha o comportamento de preços para o consumidor final.

INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)

Monitora a variação de materiais de construção e mão de obra

*Divulgação em 11 mar
Fontes: Ibré/FGV e IBGE

Variação dos componentes do IGP-M nos últimos seis meses



Inflação do aluguel vai a 28,94% em 12 meses; imobiliárias substituem IGP-M

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O contrato de aluguel com aniversário em março poderá ser reajustado em até 28,94% caso o proprietário decida aplicar integralmente a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado).

Conhecido como a inflação dos aluguéis, o índice subiu 2,53% em fevereiro, informando nesta quinta-feira (25) a FGV. A variação acumulada de quase 30% poderá chegar ao aluguel pago a partir de abril. De R\$ 1.500, o inquilino terá que bancar R\$ 1.934.

As maiores pressões sobre o índice padrão dos contratos de locação vêm de produtores alheios ao mercado de imóveis, como a soja, que integra o IPA (Índice de Preços ao Produtor), componente do IGP-M muito influenciado por commodities negociadas em dólar.

André Braz, coordenador de índice de preços do Ibré/FGV, diz que, em fevereiro, as altas no IPA se espalharam por outros grupos, como materiais para a indústria (4,16%) e bens finais (1,25%). A variação positiva desse último vem puxada pela gasolina, cujo preço avançou 17,43% em fevereiro.

O descolamento entre o IGP-M e a inflação oficial — o IPCA, medido pelo IBGE — já leva à

substituição de um índice pelo outro em novos contratos.

Em novembro, a startup de gestão de imóveis Quinto Andar adotou o IPCA como padrão em novos contratos. Neste ano, foi a vez da Lello, que anunciou a substituição do IGP-M em aluguéis residenciais e comerciais.

O IPCA é uma das principais referências para reajustes salariais, muitos deles congelados em 2020 devido à crise decorrente da pandemia. Esse índice considera uma cesta de produtos consumidos pelas famílias e o peso de cada grupo de despesas no orçamento.

Já o IGP-M tem 60% de sua composição formada pelas variações de produtos agrícolas. Os preços ao consumidor respondem por apenas 30% dele, o que explica essa distância entre os dois indicadores.

A inflação oficial também está em alta. Na prévia divulgada na quarta (23), o IPCA-15 avançou 0,48%, chegando a 4,57% em 12 meses, pressionado pelos combustíveis.

A trajetória de alta da inflação do aluguel teve início em julho do ano passado, mas se acentuou de agosto para setembro, quando, na variação mensal, subiu quase cinco pontos percentuais e chegou a 17,94% em 12 meses. Em

outubro, ele passou dos 20%.

A Lello diz que a disparada do índice exigiu uma força-tarefa de renegociações. Em 60% dos contratos em vias de atualização, os proprietários aceitaram não aplicar o reajuste ou usar o IPCA.

Para o diretor da vice-presidência de gestão patrimonial e locação do Secovi-SP (sindicato da habitação), Mark Turnhill, a negociação é uma alternativa mais segura para o proprietário do que a substituição do índice de correção.

"Se o valor do aluguel estiver defasado, o proprietário pode optar pelo índice todo. O risco é você trocar por um índice com percentuais muito baixos e descolado do mercado."

Na avaliação dele, a substituição do IGP-M não é um movimento generalizado. A prioridade e continua sendo a negociação.

A pesquisa Secovi de locação residencial na capital paulista mostra que, em média, quem está fechando contrato não está aplicando integralmente a inflação do setor. Nos 12 meses até janeiro, a variação ficou em 1,92%. Levantamento do site de anúncios Imóvelweb aponta para alta de 6,7% dos preços de aluguéis na cidade de São Paulo entre janeiro e dezembro.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Lei de patentes cria cisão entre farmacêuticas **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2021 **B3**

saúde

Lei de patentes cria cisão entre farmacêuticas

Parte quer revogar instrumento que dá exclusividade por mais tempo, enquanto outra parcela pede mais agilidade

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO O parágrafo único do artigo 40 da lei de propriedade intelectual (lei 9.279, de 1996) está no centro de uma discussão que deve ser julgada nos próximos meses no STF (Supremo Tribunal Federal). Seu texto aumenta a vigência de patentes que, após apresentadas, demoraram a ser concedidas pelo Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

Segundo o artigo, as patentes de invenção duram 20 anos —valor considerado padrão internacionalmente—, contando a partir do depósito da mesma, ou seja, do momento em que ela é apresentada ao Inpi. Caso o instituto demore mais de dez anos para a concessão, o detentor da patente ganha um tempo de “bônus” de exclusividade do objeto.

Para grandes indústrias, como Bayer, GSK, Pfizer, MSD e Roche, representadas pela Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa), a questão central é que o parágrafo único deveria funcionar como uma exceção, mas virou regra.

“Não nos interessa usar o parágrafo único continuamente porque a ciência anda muito mais rapidamente do que o período de concessão”, diz Elizabeth de Carvalhaes, presidente-executiva da Interfarma. “O nosso interesse é ter uma patente concedida entre quatro e seis anos.”

Uma auditoria recente do TCU (Tribunal de Contas da União) mostrou que a reali-



Cartelas de remédios; decisão do STF pode afetar custos de medicamentos Gerard Julien/APP

dade está bem distante disso. A análise do órgão observou que, para fármacos, há uma demora média de 13 anos para conclusão da análise de patente. Por causa do atraso, a exploração exclusiva do remédio dura, em média, 23 anos.

Segundo os achados da auditoria, de 2008 a 2014 quase todos os pedidos concedidos de patentes de fármacos “tiveram a extensão para além dos 20 anos, com o agravante do aumento do número [de patentes] que teve prolongamento maior que três anos”.

A análise aponta o pico desse processo em 2018, quando foram concedidas 254 patentes com até três anos de extensão, 286 com quatro a seis anos a mais de exclusividade e 68 com sete a nove anos a mais de “bônus” pela demo-

ra. Segundo o documento, “o aumento verificado relaciona-se diretamente com o crescimento do backlog de pedidos”, expressão que se refere, de forma geral, ao atraso e represamento das análises.

Com isso, parte da indústria defende que, resolvendo o atraso de apreciação, resolve-se a questão do parágrafo único. Um esforço para haver mais celeridade no processo tem sido feito com algum grau de sucesso, segundo entes industriais e até mesmo de acordo com a auditoria do TCU.

Há, porém, entidades que defendem a revogação do parágrafo. Esse lado ganhou, em 2017, o reforço de Rodrigo Janot, então procurador-geral da República, que entrou com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) visando

o fim do texto.

A ação aponta que a sociedade não pode pagar pela demora do Inpi na análise dos processos e que os requerentes de patentes já têm outras proteções, como o artigo 44 da mesma lei, que determina o direito à indenização por exploração indevida do objeto da patente entre o pedido e a concessão. Ou seja, mesmo sem a definição da patente, quem entra com o pedido já tem alguma proteção.

Na quarta (24), o atual procurador-geral da República, Augusto Aras, se posicionou a favor da derrubada do parágrafo e pediu ao STF a tutela provisória de urgência, ou seja, que os efeitos do parágrafo único do artigo 40 sejam suspensos imediatamente, levando em conta o cenário de

emergência de saúde pública gerado pela pandemia.

Afinal, qual o impacto para a sociedade de aumentar ou não o tempo de exclusividade de um produto ou invenção?

No caso de um remédio, trata-se de uma questão de acesso e de custos. Estimativas baseadas em alguns remédios, como a feita pelo TCU e por um estudo da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), apontam que, em tempo inferior a dez anos, o gasto a mais com a extensão de patentes entra na casa do bilhão de reais para os cofres públicos.

Segundo Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil, uma das 13 instituições que constam como “amicus curiae” (entidade que oferece, no processo, esclarecimentos sobre o tema discutido) na Adin no STF, o parágrafo único, além de aumentar gastos, atrasa o desenvolvimento da própria indústria.

“Não há nada no mundo igual ao parágrafo único”, diz Arcuri. A afirmação é reforçada pelo TCU.

Thomas Conti, professor do Insper e diretor-executivo da AED Consulting, aponta, porém, que nos EUA e na União Europeia há margem de manobra para possíveis aumentos de tempo de patentes. “A maior diferença não está no problema de fundo que o dispositivo jurídico visa compensar, mas na extensão do problema real de cada país”, diz.

O presidente da FarmaBrasil diz que no Brasil os atrasos não são justificados e que a extensão acaba virando um me-

canismo “automático”. Segundo ele, para fazer um genérico, uma “cópia” do produto patenteado —visando o período posterior à duração da patente—, é necessário um longo período de tempo de desenvolvimento.

Procurado, o Inpi afirma, em nota, que 46% (30.469) das atuais 66.182 patentes em vigor, incidem no parágrafo único do artigo 40.

“Com o Plano de Combate ao Backlog de Patentes, o Inpi tem envidado grandes esforços para reduzir a incidência no parágrafo único do art. 40. Esta incidência, que no ano de 2019 estava em 44,8%, foi reduzida para 26,8% das patentes concedidas em 2020; a previsão é que, em 2021, esta incidência seja de 22% e, em 2022 teremos apenas incidências residuais”, afirma a autarquia.

Mesmo com a recente aceleração dos processos, Carvalhaes diz acreditar que seria precipitado revogar o parágrafo e que a ação dos colegas de algumas farmacêuticas que apoiam tal medida mirou no alvo errado.

Segundo Carvalhaes, há tentativas junto ao Executivo para a formulação de um projeto de lei para discutir o tema.

Para Thomas Conti, professor do Insper, o Congresso também é a via adequada, o que possibilitaria a discussão de nuances da propriedade intelectual.

O ministro do Supremo Dias Toffoli é o relator da Adin 5.529, que deve ir ao plenário do tribunal no dia 26 de maio.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 1/2**Título:** Retorno ao acionista: Petrobras dará dividendo de R\$ 2,9 à União. Estatais pagaram R\$ 20 bi em 2019 **Impacto:** Neutro

RETORNO AO ACIONISTA Petrobras dará dividendo de R\$ 2,9 bi à União. Estatais pagaram R\$ 20 bi em 2019

JOÃO SORIMA NETO, GERALDA DOCA, DANIEL GULLINO E GUSTAVO MAIA economia@oglobo.com.br
SÃO PAULO E BRASÍLIA

Os resultados acima do esperado da Petrobras, com lucro recorde de R\$ 59,9 bilhões no quarto trimestre, vão beneficiar os acionistas. Um deles, em particular: a União. Dos R\$ 10,3 bilhões que a estatal vai distribuir em dividendos, um afatia de R\$ 2,9 bilhões será destinada ao acionista controlador, segundo levantamento dos analistas Pedro Nogueira e Shin Lai, sócios da Upside Investor. Procurada, a Petrobras confirmou o valor. Estes recursos

engordam a caixa da União e podem ser destinados para políticas públicas. O montante seria suficiente, por exemplo, para apagar 220 milhões de doses da vacina de Oxford.

Trata-se do maior volume de recursos desde que a estatal voltou a pagar dividendos ao Tesouro, em 2018, após anos de prejuízos com as finanças afetadas pela Operação LavaJato. O pagamento foi anunciado poucos dias de-

pois de o presidente Jair Bolsonaro interferir na empresa, ao anunciar pelas redes sociais na última sexta-feira a indicação do general Joaquim Silva e Luna para o comando da petroleira, em razão da insatisfação com a política de preços da companhia. A Petrobras repassa aos valores cobrados na refinaria as variações nas cotações do petróleo e do dólar. Segundo analistas, a paridade de preços é crucial para a lucratividade.

BOLSONARO: VISÃO DE SOCIAL

Ontem, o presidente afirmou que todas as estatais precisam ter "visão de social", sem dar detalhes, em um evento ao lado do general Silva e Luna no qual foi anunciada a revitalização do sistema de Furnas que transmite a energia produzida por Itaipu. O indicado para comandar a Petrobras é di-

retorgeral da hidrelétrica.

— Uma estatal, seja ela qual for, tem que ter visão de social. Não podemos admitir uma estatal, um presidente, que não tenha essa visão — afirmou Bolsonaro, acrescentando que Silva e Luna dará "nova dinâmica" à Petrobras. — Pode ter certeza que todos aqueles que dependem do produto da Petrobras vão se surpreender positivamente com o seu trabalho quando ele lá assumir.

Em transmissão nas redes sociais, o presidente se referiu ao desempenho das ações da

Petrobras na segunda-feira após o anúncio da troca no comando como "um rebuliço do mercado". Foi a segunda maior queda da história da estatal, com recuo de 20% nos papéis. Ontem, mesmo com resultados acima-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 2/2**Título:** Retorno ao acionista: Petrobras dará dividendo de R\$ 2,9 à União. Estatais pagaram R\$ 20 bi em 2019

do previsto, as incertezas pesaram entre os investidores. As ações ordinárias (com voto) fecharam em baixa de 3,87%, e as preferenciais (sem voto) recuaram 4,96%.

Segundo analistas, a interferência do presidente coloca em risco recursos que beneficiam a própria União. O risco de mudança de regras afeta o desempenho das empresas. Dados do Tesouro mostram que as estatais têm servido como injeção de ânimo nos cofres públicos. Em 2019, elas repassaram R\$ 20,9 bilhões em dividendos, valor que superou o recorde anterior, de 2014, de R\$ 18,9 bilhões. BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras responderam por 92% do total.

Para o diretor da Instituição Fiscal Independente

(IFI) Josué Pellegrini, a interferência de Bolsonaro dificulta a recuperação da economia como um todo.

— Esse tipo de atitude gera incerteza muito grande, causa insegurança nos agentes econômicos, turva os horizontes daqueles que querem tomar decisões de investimentos de longo prazo, e isso afeta apenas um setor específico. Causa impacto na economia.

Tradicionalmente, os bancos são os maiores pagadores de dividendos à União. Mas a Petrobras voltou a se destacar nos últimos anos.

— Para um governo que trabalhou com Orçamento de Guerra no ano passado, com gastos extraordinários e pagamento de auxílio emergencial, o reforço de quase R\$ 3 bilhões na caixa é bem-vindo — afirmou Lai, responsável pelo cálculo dos dividendos.

DIVIDENDOS SOCIAIS

Com o auxílio da Petrobras, o montante de dividendos que o Tesouro deve receber referentes a 2020 pode superar a projeção de R\$ 5 bilhões.

Nos bastidores, a equipe econômica estuda avançar em medidas para relacionar o desempenho das estatais à prestação de políticas públicas. Um dos planos, defendido reservadamente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é criar o que ele chama de dividendos sociais.

O mecanismo permitiria repassar parte dos ganhos diretamente a cidadãos, porque lida com contas voltadas para programas de assistência social.

Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, alerta que os repasses das estatais são

revertidos em políticas públicas:

— Uma estatal bem gerida traz lucro e dividendos, dinheiro que vai para o Orçamento da União, para educação e saúde, o que beneficia todos os brasileiros e não apenas uma parcela da população.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Auxílio: relator desiste de acabar com piso de saúde e educação **Impacto:** Neutro

← Continuuu de 1

Auxílio: relator desiste de acabar com piso de saúde e educação

Votação da PEC que abre caminho para pagamento do auxílio é adiada para a próxima semana. Bolsonaro promete quatro parcelas do benefício a partir de março. Secretário do Tesouro diz que proposta precisa ter contrapartidas

GERALDA DOCA, JULIA LINDNER, FERNANDA TRISOTTO E GUSTAVO MAIA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Após dias de impasse se fizeram o Senado adiar votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que libe-



Recuo. O relator da PEC Emergencial, senador Márcio Bittar: "Se eu insistir com o relatório, vou perder os gatilhos"

ra o pagamento do auxílio emergencial, o relator do projeto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), decidiu retirar

do texto o trecho que acaba com os pisos para gastos com saúde e educação. Em entrevista ao GLOBO, Bittar disse que percebeu que, se insistisse, poderia sofrer derrotas em outras medidas de ajuste fiscal incluídas no texto, como a possibilidade de congelar salários de servidores em caso de calamidade pública. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o benefício será pago em quatro parcelas de R \$250 a partir de março.

—Serei obrigado a fazer risso. O plenário não quis sequer discutir a questão da desvinculação —disse Bittar, que revelou indignação por ainda não ter conseguido nem fazer a leitura do relatório.

Enquanto o Congresso não chega a um acordo para votar a PEC que destrava o auxílio, mais 22 milhões de pessoas caíram na pobreza este ano em um ce-

nário de pandemia e atividade econômica lenta.

O texto apresentado pelo senador no início da semana autoriza que o governo pague o auxílio fora das travas fiscais, sem a necessidade de cortar imediatamente em outras áreas. No entanto, propunha uma série de medidas que, na avaliação do relator e do governo, ajudam no controle das contas públicas no futuro.

Uma delas trata da obrigação constitucional de que União, estados e municípios apliquem percentuais mínimos em saúde e educação. Na avaliação da equipe econômica e de Bittar, a medida engessa o Orçamento. No entanto, é criticada por parlamentares e entidades, que veem risco de que comprometimento de investimentos em áreas essenciais.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 26/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Auxílio: relator desiste de acabar com piso de saúde e educação

CONGELAMENTO DE SALÁRIO

Com o recuo de Bittar, o principal ponto relacionado ao ajuste fiscal da proposta passa a ser o que técnicos chamam de gatilhos — medidas de contenção de gastos, como congelamento de salários de servidores, que podem ser acionadas caso o país entre em calamidade pública. O acionamento das travas não seria automático e precisaria de uma ação conjunta entre governo e Congresso, mas a inclusão desse dispositivo na Constituição é considerada fundamental pela equipe econômica para sinalizar uma trajetória de responsabilidade fiscal à frente.

— Se eu insistir com o relatório, vou perder os gatilhos —admitiu Bittar.

Aliados do governo tentam conter

negociações no Congresso para faltar a proposta, o que faria com que só o trecho sobre o auxílio emergencial fosse votado, deixando as medidas de ajuste para depois. Ontem, o secretário do Tesouro

Nacional, Bruno Funchal, disse que essa possibilidade teria consequências negativas para a economia, como aumento de juros e desemprego.

— Imagina que fatie (a proposta) e ande só o auxílio emergencial: essa pessoa que vai ser beneficiada como auxílio emergencial vai e rames maque vai ficar desempregada por algum período depois, se não tiver essas contrapartidas que trazem a possibilidade de recuperação da economia — avaliou Funchal, durante a divulgação de dados sobre as contas públicas de janeiro.

O recuo do senador ocorreu após um dia tenso. Inicialmente, o governo e a cúpula do Congresso chegaram a prever que a PEC seria votada ontem. Mas a resistência aos trechos sobre freio nas despesas atrasou os trabalhos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), confirmou que o texto deve ser votado em dois turnos na próxima quarta-feira, o que permitiria encaminhar a proposta à Câmara dos Deputados.

SEM LEITURA EM PLENÁRIO

No início da noite, o governo tentou viabilizar a leitura do relatório da proposta, mas não conseguiu. Sob risco de o texto ir à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e atrasar mais o trâmite, com apoio até mesmo de aliados, desistiu da empreitada. Com a promessa de um novo parecer, o líder do gover-

no na Casa, Fernando Bezerra (MDB-PE), aceitou que a etapa seja realizada na terça-feira.

Bolsonaro disse ontem que o pagamento do benefício deve começar em março, apesar do impasse no Legislativo. Em transmissão ao vivo nas redes sociais, ele afirmou que a União pagará quatro parcelas de R\$ 250 na nova fase.

—Estive hoje com o Paulo Guedes. A princípio, o que deve ser feito: a partir de março, por quatro meses, R\$ 250 de auxílio emergencial. É isso que está sendo disponibilizado. Está sendo conversado ainda, em especial com os presidentes da Câmara e do Senado — afirmou o presidente, que ainda previu para julho uma nova proposta para o Bolsa Família, sem dar detalhes.

Clippings

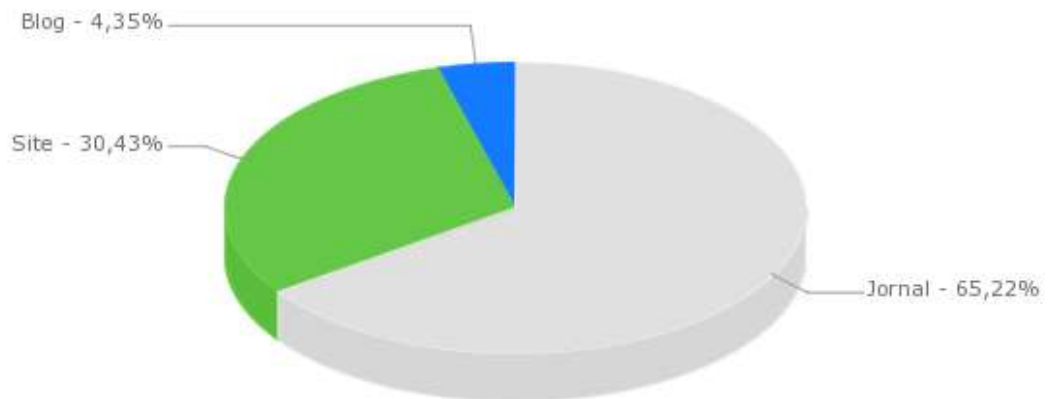
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
25/02/21	SESC RN	Site		RN	Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos	Positivo	Matéria		A			
25/02/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Sesc RN inicia a entrega dos kits escolares para mais de 700 alunos	Positivo	Matéria		B			
25/02/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Presidente Marcelo Queiroz recebe prefeito e secretárias de Angicos para apresentar trabalho do Sistema Fecomércio	Positivo	Matéria		B			
25/02/21	Gustavo Negreiros	Blog		RN	Caldo de Batata: Falta de voz da Fecomércio	Negativo	Matéria		B			
25/02/21	Esquerda Diário	Site		RN	Novo colapso sanitário no RN: o lucro acima da vida para Álvaro Dias e Fátima Bezerra	Negativo	Matéria		B			
25/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Prefeitura do Natal reforça fiscalização de bares e conveniências	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
25/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Juros para famílias e empresas sobem em janeiro, diz Banco Central	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Imposto de Renda 2020: o que muda da declaração deste ano	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Plataforma de negociação de criptomoedas cogita IPO	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Pressão por verba cria tensão com outros ministérios	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Sem gasto emergencial, Tesouro tem superávit de R\$ 43 bi em janeiro	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Insumo no atacado tem forte alta em 12 meses	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Anatel aprova edital de leilão do 5G, que deve ocorrer ainda no 1º semestre	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Investidor mais velho migra para a Bolsa na pandemia	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
26/02/21	Estadão	Jornal		DF	Aprovado no Senado, Marco Legal das Startups frustra setor	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		RJ	'Ninguém fica sentado em casa aumentando preços', afirma presidente da Petrobrás	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Estadão	Jornal		RJ	'Estatual tem de ter visão social', diz Bolsonaro	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid	Positivo	Matéria		A			
26/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Caixa lança linha de crédito imobiliário atrelado à poupança	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Lei de patentes cria cisão entre farmacêuticas	Neutro	Matéria		A			
26/02/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Retorno ao acionista:	Neutro	Matéria		A			

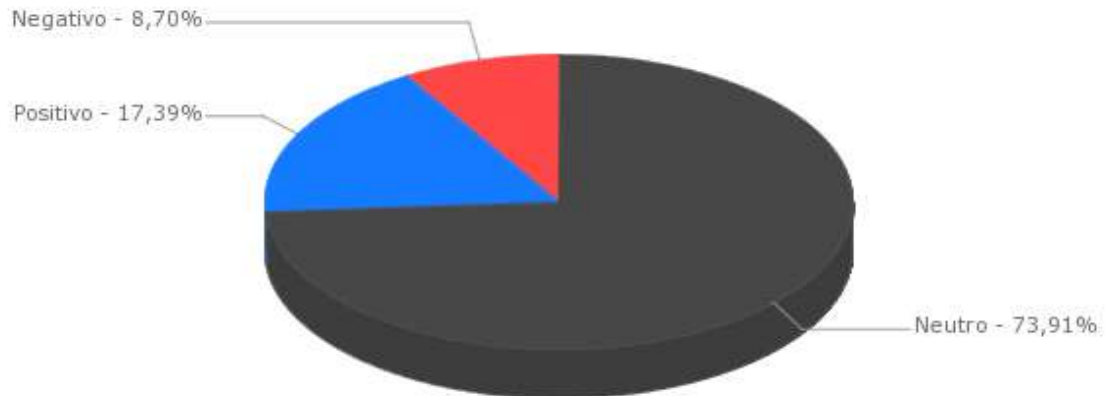
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					Petrobras dará dividendo de R\$ 2,9 à união. Estatais pagaram R\$ 20 bi em 2019							
26/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Auxílio: relator desiste de acabar com piso de saúde e educação	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 23												

Clippings por Tipo de Mídia



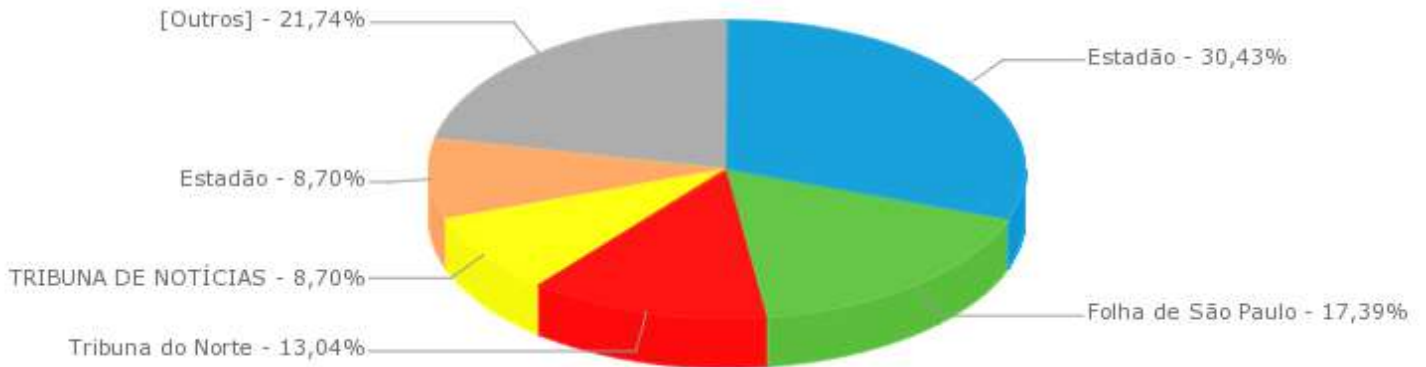
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	15	65,22 %
Site	7	30,43 %
Blog	1	4,35 %
		Total: 23

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	17	73,91 %
Positivo	4	17,39 %
Negativo	2	8,70 %
		Total: 23

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	7	30,43 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	17,39 %
Tribuna do Norte	Site	3	13,04 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	2	8,70 %
Estadão	Jornal	2	8,70 %
O Globo	Jornal	1	4,35 %
O Globo	Jornal	1	4,35 %
Gustavo Negreiros	Blog	1	4,35 %
SESC RN	Site	1	4,35 %
Esquerda Diário	Site	1	4,35 %
Total:			23